



Anais da Assembléia

D.A. 69

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadac; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Flárisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amara, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltoninho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER após ouvir o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão especial, composta por sete (07) membros e com prazo de duração de cento e vinte (120) dias, para acompanhar as negociações que envolvem a Estrada do Colono.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos aos senhores Luiz Fernando Erthal e Welington Vargas, sócios proprietários da empresa "Beebox Som e Acessórios Ltda.", pelos relevantes serviços prestados na área eletrônica especializada em som automotivo, na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Associação de Câmaras Municipais do Sul do Paraná - ACAMSUL, pela eleição de sua nova Diretoria.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente eleito,

Vereador Antonio Bueno Pinto, para que aceite e transmita a todos os senhores membros da nova Diretoria, nossos votos de feliz gestão.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Realizou-se no dia 10.05.97, na Cidade de Paula Freitas, a reunião da Associação de Câmaras Municipais do Sul do Paraná - ACAMSUL, para o fim de eleger a nova Diretoria daquela Associação, onde foram também discutidos assuntos gerais de interesse da comunidade representativa dos municípios que compõem a referida Associação.

O Vereador é, na democracia representativa, o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo um mandato de base por delegação dos eleitores, titulares da soberania. É ele que está junto às comunidades e que se faz portador dos anseios, propósitos e demandas por soluções junto aos governantes, do menor ao mais elevado escalão político. Portanto, é justo que se registre, nos Anais da Assembléia Legislativa Paranaense, esse acontecimento por tratar-se de uma Associação de Vereadores atuantes.

Os Vereadores, como sabemos, exercem uma atividade que, em alguns municípios, pode ser considerada "apostolar".

Com este voto de congratulações queremos prestar nossa homenagem sincera a todos os Senhores Vereadores da Região Sul do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Maringá, alusivos ao Cinquentenário de Maringá, realizados nos dias 08, 09 e 10 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente seja dada ciência ao Senhor Jairo de Moraes Gianoto, Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefones públicos nos seguintes endereços: Rua Doutor Henrique de Lima, em frente ao Bar do Luiz Cunha; e na Rua Doutor Marcos Malucelli, em frente ao Bar da Arlete da Rosa, no Bairro da Vila Ferroviária, Município de Morretes - PR.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefones públicos nos seguintes endereços: Rua Adolfo Werneck, com a Rua Marcos Malucelli, próximo à Caixa D'água; e na Rua Luiz Bastos, esquina com a travessa Tonete, em frente ao Bar do Sérgio, no Bairro do Rocio, Município de Morretes - PR.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR S/A, solicitando a reabertura daquele órgão, no Município de Irati.

Irati é cidade pólo da Região Centro Sul do Estado e dispensa maiores comentários sobre a pujança dos municípios que congrega e fortalece a região.

Há aproximadamente dois anos e meio, a TELEPAR fechou suas portas em Irati, por questões pouco esclarecedoras e que prejudicou sensivelmente toda uma região.

Num tempo de grande modernidade em que se prevê a implantação da telefonia celular em Irati e toda a região, a TELEPAR num gesto extremo e descabido, no final do ano passado, fechou a única porta de atendimento do órgão em Irati.

Necessário se faz, portanto, que a TELEPAR - órgão que sempre se pautou pelo bom e pronto atendimento aos seus usuários - reabra sua Agência de Atendimento no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Hospital de Caridade São Pedro, do Município de Mallet.

Trata-se de justa reivindicação do Presidente do Hospital de Caridade São Pedro e dos digníssimos Vereadores da Câmara Municipal de Mallet, aos quais, somamos o nosso apoio, pois enormes são as dificuldades que passa este Hospital, devido ao atendimento de pacientes do SUS, o qual há mais de dois anos não reajusta sua tabela de pagamentos, tem mantido às duras penas os atendimentos às pessoas carentes em virtude de ser uma entidade com fins filantrópicos (reconhecida em âmbito municipal, estadual e federal).

Para dar continuidade ao atendimento que vem sendo prestado às pessoas carentes do município, esta Entidade necessita de recursos financeiros na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para serem aplicados na aquisição de medicamentos/farmácia, reforma nas instalações hidráulica/elétrica, reformas internas/ externas/cobertura/pintura, reformas de máquinas e equipamentos.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, ao Município de Rio Azul.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Miguel Salomão e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Senhor Domingos Murta Ramalho, solicitando o fornecimento da relação detalhada por município, dos Projetos do PRONAF/Investimentos que foram recebidos, e aprovados pelas Agências do Banco do Estado do Paraná.

Saladas Sessões, em 14.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

DOCTOR ROSINHA

ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

No dia de ontem, houve uma reunião entre coordenadores do Movimento Grito da Terra e a Presidência do BANESTADO para discutir a operacionalização do PRONAF/Investimentos em nosso Estado. Nesta ocasião, o Presidente do BANESTADO recusou-se a oferecer aos Coordenadores, a relação detalhada por município do número de projetos recebidos e aprovados pelo Banco.

Diante disto, recorreremos a este Plenário a fim de que possamos obter tais informações de posse do Banco do Estado do Paraná, dando conhecimento aos interessados.

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a inclusão de Umuarama no Projeto "Estação Ofício", desenvolvido pela Pasta.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scana-

vaca, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a inclusão de Cafezal do Sul, no Projeto "Estação Ofício", desenvolvido pela Pasta.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 796, ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 658) CEP 87567-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a inclusão de Iporã, no Projeto "Estação Ofício", desenvolvido pela Pasta.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Mui

Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a inclusão de Rondon, no Projeto "Estação Ofício", desenvolvido pela Pasta.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Mal. Rondon, 337); ao Vereador Nivaldo Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Praça Mal. Rondon, 337) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Xambrê.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/n) CEP 87535-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Alto Piquiri.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315); ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Douradina.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves da Silva, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470; ao Vereador Aparecido Balbino dos Santos, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) CEP 87485-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação

viária e placas de sinalização, em Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Esperança Nova.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400) CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (R. Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Lourival José Ferreira, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); a Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Digníssima Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87480-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor César Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação do plano de circulação viária e placas de sinalização, em Pérola.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdecir Cândido da Silva, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202); ao Vereador Wilson José L. Stefania, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Dona P. Byington, s/n) CEP 87540-000).

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER informações ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédis, D.D. Secretário de Estado de Governo, sobre o desenvolvimento de auditoria e investigação realizadas em vários órgãos e setores do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, especialmente sobre a participação da BANESTADO Corretora e da BANESTADO Leasing na compra e nego-

ciação de títulos públicos no mercado financeiro, face denúncias trazidas a lume pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado da República.

Na oportunidade, esclarecemos que o presente Requerimento se fundamenta em diversas declarações publicadas pela imprensa paranaense na época, que declaravam, frente às denúncias acima expostas, estarem em desenvolvimento uma auditoria e investigação interna no BANESTADO, especialmente nos setores citados. E, até o presente momento, é desconhecido do povo do Paraná qualquer resultado da apuração citada, informações fundamentais face ao caráter de Banco público da instituição citada. E, neste sentido, tem o presente Requerimento a função de esclarecer tal controvérsia, exatamente no sentido do resguardo do princípio da publicidade dos atos da administração pública, cláusula pétrea constitucional nos termos do "caput" do art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER informações ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, D.D. Secretário de Estado da Fazenda, sobre o destino dos recursos arrecadados pelo Estado do Paraná com a venda das ações preferenciais e demais da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, cuja venda foi objeto de lei aprovada por esta augusta Casa de Leis, devendo ser informada a quantia arrecadada, quais operações propiciaram tal arrecadação e qual o destino do recurso arrecadado, devendo tais informações serem fornecidas de forma especificada.

Na oportunidade, esclarecemos ter o presente Requerimento a função de esclarecer a sociedade paranaense sobre tal assunto, de indiscutível importância para as finanças do Estado do Paraná, exatamente no sentido do resguardo do princípio da publicidade dos atos da administração pública, cláusula pétrea constitucional nos termos do "caput" do art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER informações ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, D.D. Secretário de Estado dos Transportes, sobre a situação do pagamento do ISS - Imposto Sobre Serviços, devido pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, ao Município de Paranaguá, tanto em relação ao ISS já historicamente atrasado pela APPA em relação ao citado município, objeto de acordo entre o Governo do Estado e o município, quanto ao ISS atualmente devido, mês a mês, pela movimentação de cargas e outros serviços no Porto de Paranaguá.

Na oportunidade, esclarecemos que o presente Requerimento se fundamenta na informação divulgada pelo Município de Paranaguá, que está sendo novamente atrasado tanto em relação ao ISS já atrasado e objeto de acordo quanto ao atualmente devido. É necessário que a sociedade paranaense, em especial a comunidade parnanguara, saiba os motivos deste inaceitável inadimplente tributário do Estado do Paraná, eis que, de forma inaceitável, Paranaguá só vem arcando com o ônus do Porto, sem ter qualquer compensação tributária por sua existência. E, neste sentido, tem o presente Requerimento a função de esclarecer tal controvérsia, exatamente no sentido do resguardo do princípio da publicidade dos atos da administração pública, cláusula pétrea constitucional nos termos do "caput" do art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nas localidades de Barranquinha, Alecrim e Jardim da Curva, visando o retorno de seus territórios para o Município de Ivaiporã,

desmembrando-as do Município de Ariranha do Ivaí.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Quando da criação do Município de Ariranha do Ivaí, através da Lei Estadual nº 11.257, não constavam do seu Memorial Descritivo as localidades de Barranquinha, Alecrim e Jardim Alegre e, obviamente, elas não foram ouvidas no plebiscito realizado em 26 de novembro de 1995.

Através da Lei nº 11.509, oriundo de projeto de lei de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, foram "corrigidos" os limites do novo Município de Ariranha do Ivaí, com a incorporação das localidades já nominadas, sem que as mesmas tenham sido ouvidas através de plebiscito.

Considerando que a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 19, § 1º, inciso II, diz que os seguintes requisitos serão observados na criação de Municípios: consulta prévia, mediante plebiscito, a população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada.

Considerando, também, que a população das localidades atingidas se manifesta, conforme prova o abaixo assinado em anexo, **contrariamente**, a sua anexação ao Município de Ariranha do Ivaí e que gostaria de continuar pertencendo ao Município de Ivaiporã.

Considerando ainda, da justiça da reivindicação da proposição que apresentamos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da mesma.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 216/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Paz, com sede e foro no bairro do Boqueirão, desta Cidade e Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Paz, entidade assistencial, fundada em 1º de maio de 1973, vem promovendo eventos com fins de arrecadar fundos para dar atendimento as famílias mais necessitadas deste bairro, no que diz respeito a atendimentos médico-hospitalares, fornecimento de cestas básicas e programas educacionais, sempre acompanhados pela Diretoria e demais colaboradores.

Com a crescente crise financeira em que vivemos, cada dia torna-se mais difícil o programa de atendimento as famílias carentes, que vem crescendo vertiginosamente, sem o devido acompanhamento nos programas de planejamento familiar, saúde, educação e bem estar social, deixando a cada dia que passa mais miserabilidade e abandono nestas famílias.

PROJETO DE LEI Nº 217/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Idosos Unidos da Paz, com sede e foro no Bairro do Boqueirão, desta Cidade e Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Idosos Unidos da Paz, entidade fundada em 03 de fevereiro de 1994, dedica-se ao bem estar dos idosos, principalmente os mais necessitados, do Bairro do Boqueirão e adjacências, com programas semanais de acompanhamento de trabalhos manuais, distribuição de cestas básicas, diversões, passeios e outras atividades necessárias.

A Diretoria, composta por pessoas abnegadas e dedicadas a caridade, sempre vem promovendo eventos, como bingos, festas, tardes dançantes, para angariar fundos que são revertidos em

benefício dos vários idosos que frequentam este grupo semanalmente, onde passam as tarde divertindo-se.

Em vista do exposto, achamos ser o mesmo merecedor da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 218/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro em Chopinzinho, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, terá como objetivo fundamental estimular a organização da população, na busca permanente de seus direitos enquanto cidadãos.

A APMI dará ênfase aos programas de saúde, educação, produção, alimentação, vestuário, artesanatos, cultura e lazer, bem como contribuirá com as entidades de idosos e deficientes, na elaboração e execução de programas, com vistas em atender suas necessidades básicas.

PROJETO DE LEI Nº 219/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Segismundo Gradowski.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) ALBANOR GOMES

Apoiamto: Anibal Khury, Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino, Ironi Pugliesi, Valdir Rossoni,

Orlando Pessuti, Duílio Genari e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Segismundo Gradowski nasceu em 11 de agosto de 1897, em Araucária, na Colônia Thomaz Coelho, neste Estado. Completará no próximo mês de agosto, 100 anos de idade. É filho de Lourenço e Maria Gradowski, sendo viúvo de Dona Mercedes Myrtes do Nascimento Gradowski.

Formando na segunda turma de Direito da Universidade Federal do Paraná, obteve o diploma em dezembro de 1923. Iniciou cedo sua vida profissional. No período em que era acadêmico, foi Adjunto de Promotor Público, do Termo de Colombo. Exerceu, após concluída a Faculdade, o cargo de Delegado de Polícia da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná.

Após prestar com êxito o concurso para Juiz de Direito, exerceu a Judicatura nas Comarcas de Palmas, Cerro Azul, Palmeiras, Campo Largo e Curitiba, onde foi titular da 2ª Vara Cível, Registros e Falências pelo período de seis anos, aproximadamente.

Em 1945, assumiu a função de juiz Eleitoral na 9ª Zona, em Campo Largo e, em 1947 foi transferido para a 2ª Zona de Curitiba. No ano de 1951, em novembro, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça e em 1955, foi indicado pelo Tribunal de Justiça para exercer as funções de Juiz no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Em 1956, foi designado para a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Na data de 13 de junho de 1959 assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Após oito anos, em janeiro de 1967 assumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça.

Como Professor Normalista, exerceu o Magistério Público Primário em Jaguariaíva e Costeira, Distrito da Colônia Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Também foi Professor fundador da Faculdade de Direito de Curitiba, onde exerceu a Cátedra de Direito Comercial. Lecionou a mesma disciplina, interinamente, na Universidade Católica do Paraná.

Como sócio do Lyons Club Centro de Curitiba, foi agraciado, em 1988, com a Comenda de Leão Mais Idoso do Mundo, além disso é o eleitor mais antigo do Paraná, exercendo o direito de voto nas eleições de 1996.

Em razão destes e de outros motivos, o Doutor Segismundo Gradowski sempre engrandeceu os meios jurídicos

do Estado, sendo, pois, merecedor do título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa de Leis o seu apoio para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 220/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cruzeiro do Sul/PR, o terreno de nº 20 (vinte), Quadra 03 (três) da Planta Geral Urbana daquele município, onde está edificado prédio de aproximadamente 120 m².

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, continuará destinado à Saúde Municipal - funcionamento da Clínica de Fisioterapia Municipal.

Art. 2º - O imóvel de que trata o Artigo 1º, fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O terreno de 600 m², denominado de nº 20, Quadra 03, da Planta Geral do Município de Cruzeiro do Sul, foi adquirido pelo Município e doado ao Governo do Estado, conforme consta em documento acostado a este.

No local, há um prédio de aproximadamente 120 m², onde funcionaram diversos órgãos públicos e atualmente está funcionando a Clínica de Fisioterapia Municipal.

A Prefeitura, objetivando legalizar situação de doação efetuada pelo município, bem como realizar benfeitorias no local, necessita da referida doação, para o que solicitamos a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 221/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, denominado FUNDAF, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, destinado à viabilização e ao desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável da agricultura familiar paranaense, nos termos dos artigos 154, 158 e 159, inciso VI, da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Fundo Público de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná tem por objetivo:

- I. assegurar recursos a serem destinados ao financiamento de crédito de custeio e investimento;
- II. assegurar recursos destinados à concessão de aval para contratos de crédito rural;
- III. assegurar recursos necessários à equalização de taxas de juros e preços, de produtos cujos contratos forem realizados pelo sistema de equivalência produto.

Art. 3º - Serão beneficiários destes financiamentos os agricultores familiares que exploram a terra sob o regime de ocupante, proprietário, possessor, arrendatário ou parceiro, desde que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I. utilizar o trabalho direto seu e de sua família, sem a contratação de empregado permanente, sendo permitida a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir;
- II. não deter, a qualquer título, área de terra superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- III. ter no mínimo 80% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;
- IV. possuir renda bruta anual nunca superior ao equivalente a 5.000 (cinco mil) sacas de milho, considerado pelo preço médio, vigente no ano anterior, levantado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento;
- V. possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

Parágrafo Único - A receita bruta anual, para o enquadramento de ati-

vidades que geram margem líquida menor que a do milho, tais como suínos, aves de corte e outras, poderá ser maior até o limite em que gerar renda líquida igual à referida quantidade de milho.

Art. 4º - Constituem recursos do Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, FUNDAF:

- I. dotação orçamentária anual igual ou superior a 1,5% do valor bruto da produção agropecuária paranaense, apurados no ano imediatamente anterior;
- II. 25% do total de recursos obtidos mediante a venda de ações da COPEL;
- III. 15% do total de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;
- IV. amortizações de empréstimos concedidos à conta do FUNDAF;
- V. juros provenientes de movimentação financeira de recursos do fundo;
- VI. recursos provenientes de acordos e convênios firmados com Instituições, Agências e Organizações nacionais e internacionais, para execução de programas de Fomento da Agricultura Familiar paranaense;
- VII. empréstimos contratados por antecipação de receitas do fundo;
- VIII. taxas decorrentes de prestação de serviços;
- IX. contribuições de fundos municipais de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- X. outras fontes de recursos definidas em lei.

Art. 5º - Os recursos do FUNDAF serão aplicados, exclusivamente, nas seguintes operações:

- I. amortização e juros de empréstimos garantidos com recursos do fundo, quando o beneficiário não cumprir com suas obrigações;
- II. equalização da taxa de juros e preços, apuradas à época da liquidação do contrato de operação de crédito;
- III. concessão de empréstimos para custeio e investimento para agricultores individuais e coletivos, conforme determina o artigo 7º;
- IV. participação em empreendimentos agropecuários e agroindustriais, realizados por coletivos de agricultores familiares.

Art. 6º - Entende-se por coletivos de agricultores familiares os beneficiários que atuem sob o regime de economia familiar, de forma associativa, obedecidos os seguintes critérios:

I. Organizações Associativas do Tipo I - Condomínios, Associações, Cooperativas e outras organizações associativas, tais como grupos de mulheres e jovens agricultores, cujo quadro social seja composto exclusivamente por agricultores(as) que trabalham em regime de economia familiar;

II. Organizações Associativas do Tipo II - Associações e Cooperativas cujo quadro social seja composto de, no mínimo, sessenta (60) por cento de agricultores familiares, sendo o repasse de recurso exclusivo para projetos dos agricultores familiares associados;

III. a aplicação de recursos previstas nas alíneas a e b deste artigo, obedecerão aos parâmetros do Inciso V do artigo 7º.

Art. 7º - A concessão de financiamentos com recursos do FUNDAF obedecerão os seguintes parâmetros:

I. prazo máximo de fruição de 10 (dez) anos;

II. carência de até 05 (cinco) anos;

III. prazo de amortização, máximo de 08 (oito) anos;

IV. valor máximo de cinco (05) mil reais para custeio e dez (10) mil reais para investimento, por beneficiário individual;

V. no caso de beneficiário coletivo, o valor considerado será o múltiplo do número de sócios pelo valor máximo individual até o limite de cinquenta (50) mil reais para custeio e de cem (100) mil reais para investimento.

1º - A liberação do incentivo obedecerá ao cronograma especificado em cada projeto.

2º - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado os prazos de fruição e carência prevista no inciso I e IV deste artigo, podendo o mesmo se dar sob a forma de equivalência produto.

Art. 8º - O FUNDAF contará, na sua operacionalização, com apoio especial da EMATER/PR e dos demais órgãos

vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros do FUNDAF serão depositados e movimentados em conta especial no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, ou outra instituição financeira a ser indicada pelo Estado.

Art. 9º - O FUNDAF terá como órgão de administração de um conselho deliberativo denominado Conselho Público de Gestão - CPG, que será composto de forma paritária entre o Governo do Estado e entidades representativas dos beneficiários, abaixo especificadas:

I. pelo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento;

II. pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III. pelo Secretário de Estado do Planejamento;

IV. por um representante efetivo e um suplente da Assembleia Legislativa;

V. por um representante efetivo e um suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP;

VI. por um representante e um suplente da Central Única dos trabalhadores do Paraná - CUT;

VII. por um representante e um suplente da Federação Paranaense das Associações de Agricultores - FEPAR;

VIII. por um representante e um suplente das Organizações não Governamentais, ONG's, com atuação no setor da agricultura familiar do Estado do Paraná.

1º - O CPG terá um Presidente e um Secretário Executivo, que serão eleitos pelo conjunto dos Conselheiros para um mandato de 02 anos, com atribuições e responsabilidades definidas pelo Conselho.

2º - Os representantes da entidade que compõem o Conselho serão indicados pelas mesmas juntamente com seus suplentes, e nomeados por ato do Poder Executivo.

3º - A participação no Conselho Deliberativo do FUNDAF constitui função pública relevante, ficando vedada qualquer remuneração.

Art. 10 - Compete ao Conselho Público de Gestão - CPG:

- I. eleger o Presidente e o Secretário Executivo do Conselho, em conformidade com o # 1º do artigo 9º;
- II. normatizar o uso e a operacionalização do Fundo;
- III. indicar servidores do Estado para, mediante ato designatório do Poder Executivo, desempenhar funções operacionais atribuindo-lhes responsabilidades;
- IV. prestar informações oficiais sobre a administração e gerência do Fundo;
- V. aprovar e fiscalizar planos e programas de aplicação de recursos do Fundo;
- VI. responder, na forma da legislação em vigor, por todos os atos praticados pelo Fundo.

Art. 11 - O Conselho Público de Gestão - CPG, encaminhará, semestralmente, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relatório especificando as operações realizadas, o volume de recursos utilizados e demonstrativo dos saldos existentes.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE

Apoiamento: Cleiton Kielse, Toti Colaço, Neivo Beraldin, César Seleme, João Techy, Renato Adur, José Tavares, Edson Silva Lino, Orlando Pessuti, Albanor Gomes, Irondi Pugliesi, Horácio Rodrigues, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Antonio Annibelli, Ademar Traiano, Nelson Tureck, Augustinho Zucchi, Luiz Claudio Romanelli, Caio Quintana e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei decorre da constatação da dura realidade que atinge os agricultores familiares do nosso Estado. Propomos mecanismos que visam amenizar as consequências decorrentes de política agrícola voltada aos interesses daqueles que produzem os alimentos necessários para abastecer a mesa do povo brasileiro.

No Brasil, a agricultura foi sempre marginalizada das políticas públicas. A agricultura sempre cumpriu um papel, para o Estado Brasileiro, de gerador de divisas com finalidade de honrar compromissos externos do País. A agricultura, assim sendo, foi direcionada para a concentração da propriedade da terra e da renda, relegando-se a um papel secundário o abastecimento do mercado interno e a propriedade com uso intensivo de mão-de-obra familiar.

A implantação deste modelo trouxe para o País graves consequências sociais e econômicas como, por exemplo, o êxodo rural, que nos últimos 30 anos expulsou cerca de 28 milhões de pessoas do campo, a fome que assola 32 milhões de brasileiros e o inchaço dos centros urbanos, com o conseqüente agravamento dos níveis de miséria, desemprego e violência. Em 1970, o campo abrigava 44% da população brasileira. Já em 1991, este percentual havia despencado para 24,5%. No Estado do Paraná, tínhamos 64% de população rural, que baixou para 21,6% nos anos seguintes. Pesquisas realizadas no Sudoeste do Estado indicam que a migração vem afetando principalmente a juventude e é maior entre as pessoas do sexo feminino. A migração desta população jovem provoca um envelhecimento da força de trabalho e aprofunda as dificuldades de sua reprodução social e de sucessão das unidades produtivas.

Tal processo impôs, também, alterações na estrutura de produção onde, mesmo havendo uma expansão da fronteira agrícola, verifica-se a diminuição do número de estabelecimentos. Analisando-se a área ocupada do Estado, no período de 1970 a 1985, percebe-se que os pequenos estabelecimentos tiveram sua participação reduzida de 42% do total da área em 1970, para 31% em 1985. Por outro lado, os

estabelecimentos acima de 50 hectares aumentaram sua participação de 58% para 69% da área total, no mesmo período.

O crédito rural, principal instrumento desta política agrícola, foi direcionado de forma privilegiada para regiões mais desenvolvidas e produtos mais dinâmicos. Os grandes agricultores foram favorecidos e puderam modernizar-se. Os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra foram marginalizados. Como exemplo desta constante, cabe citar que em 1993 os pequenos agricultores detinham 81% do total de contratos mas receberam apenas 32% dos recursos totais destinados ao crédito agrícola. De outro lado, os grandes proprietários, com 3% do número de contratos, receberam 31% dos recursos totais. O montante de crédito rural concedido atinge seu montante máximo em 1980, quando foram liberados US\$ 24,6 milhões. Desde então, os valores vêm caindo e hoje oscilam entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7,5 bilhões anuais.

A implantação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF acontece com dificuldades. No ano de 1996, havia 466 mil estabelecimentos paranaenses aptos a operar o PRONAF custeio/investimento, porém apenas 35.703 mil contratos foram realizados, envolvendo um montante de R\$ 90,2 milhões de recursos liberados. Em Santa Catarina, havia 235 mil estabelecimentos aptos, sendo realizados 97.819 contratos, envolvendo o montante de R\$ 135,1 milhões de recursos liberados. No Rio Grande do Sul, de um universo de 497 mil estabelecimentos aptos, foram realizados 257.882 contratos, envolvendo o montante de R\$ 417,3 milhões de recursos liberados.

Hoje, a pequena agricultura familiar vem enfrentando uma crise sem precedentes, decorrente da política adotada pelo Governo Federal, seguida à risca pelo Governo Estadual, provocada, entre outras razões, pela internacionalização dos preços agrícolas, altas taxas de juros, redução do volume de crédito rural, fim do papel exercido pela política de preços mínimos e o desmonte do setor público agrícola.

Enorme é a capacidade de resistência dos agricultores familiares, conforme demonstram algumas estatísti-

cas. No Estado do Paraná, segundo o Censo Agropecuário de 1985, os estabelecimentos com área até 50 hectares produziram, do volume total do Estado, o equivalente a 71,2% do algodão, 60,9% do arroz, 51,5% da batata inglesa, 78,7 do feijão, 90,7% do bicho da seda, 60% do milho, 90,7% do fumo, 60% da laranja, 84% do suínos, 83% do leite e 90% da uva de mesa.

Estes dados são confirmados em pesquisa do FAO/INCRA (1995), que apontou sete (7) milhões de estabelecimentos rurais existentes no País. Deste total, 6,5 milhões de estabelecimentos podem ser classificados como **agricultura familiar** (detém apenas 25% da área total, porém ocupam 80% das pessoas que trabalham na agricultura), e 0,5 milhão como **agricultura empresarial ou patronal**. Segundo esta pesquisa, a agricultura familiar supera a patronal em vários produtos, como carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate e laranja. Apenas nos segmentos de carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja, ela é superada pela agricultura patronal.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, mantendo sua tradição de luta em defesa dos pequenos agricultores familiares, com ou sem terra, e, conseqüentemente, mais uma vez afirmando o tipo de desenvolvimento que deseja para se construir uma sociedade mais justa e democrática, apresenta o projeto de lei que institui o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FUNDAP, com o objetivo de alocar recursos para o financiamento de custeio e investimento, equalização de taxas de juros e preços, e concessão de aval de contratos destinados aos agricultores familiares paranaenses, que como demonstrado, desempenha papel relevante no contexto da agricultura brasileira e paranaense voltada ao abastecimento interno, sem contar com apoio mais direto e incisivo do poder público.

Como exemplo, a concessão de aval pelo Fundo aumentará o número de contratos a serem realizados com recursos do PRONAF, uma vez que assegura a instituição operadora, que alega ser esse o principal obstáculo à agilização dos contratos, à segurança de retorno do valor aplicado.

Poderão ser beneficiários deste Fundo 466 mil estabelecimentos agrícolas, cuja área média é de 35,80 hectares, e atendam, entre outros, aos requisitos de renda bruta não superior a cinco (5) mil sacas de milho anuais, levantadas pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, desde que 80% da renda familiar seja proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa.

A concessão de financiamento com recursos próprios do Fundo deverá obedecer ao prazo máximo de fruição fixado em 10 anos, carência de até cinco (05) anos e amortização de até oito (08) anos. O valor máximo para estes financiamentos estão fixados em cinco (05) mil reais para custeio e dez (10) mil reais para investimento, nos casos de beneficiário individual, e em cinquenta (50) mil reais para custeio e cem (100) mil reais para investimento, nos casos de beneficiário coletivo. Os prazos e valores estipulados são limites e estão adequados à capacidade dos tomadores de empréstimo de resgatá-los junto ao Fundo. Dentro destes limites, haverá flexibilidade conforme a especificidade de cada projeto.

A fonte de recursos do Fundo prevê, entre outras, a destinação de dotação orçamentária igual ou superior a 1,5% do valor bruto da receita agropecuária, apuradas no ano imediatamente anterior, e hoje correspondente a R\$ 6,0 bilhões aproximadamente; a destinação de 25% dos recursos obtidos através da venda de ações da COPEL (autorizada pela Lei nº 11.253 de 21.12.95); 15% do total de recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE; recursos provenientes de acordos e convênios realizados com organismos nacionais e internacionais de fomento da agricultura familiar.

Dispensa comentários a destinação orçamentária, tendo como base o valor bruto da produção agropecuária. É justo e adequado que parte destes recursos revertam em benefício daqueles que são responsáveis diretos pela produção que abastece de alimentos a mesa da população paranaense. É igualmente justo e adequado a destinação, para o FUNDAP, de parte dos recursos obtidos com a venda de ações da COPEL e do FDE. O patrimônio da COPEL incorpora áreas de onde foram retirados milhares de agricultores para ceder

lugar a enormes reservatórios destinados à geração de energia elétrica, indispensável ao desenvolvimento econômico e social do Estado, restando ainda 75% dos recursos que poderão ser aplicados em outros setores e áreas do Estado. Os recursos públicos do Fundo de Desenvolvimento Econômico têm sido destinados basicamente ao financiamento da rede de infra-estrutura pública, apoio à estruturação do sistema cooperativo e agro-industrial do Estado e, recentemente, na atração de investimentos ligados à indústria automotiva. O projeto de lei acrescenta o investimento no setor da agricultura familiar.

A administração dos recursos caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo, que será composto de forma paritária entre representantes do Governo do Estado dos agricultores familiares. Para a operacionalização dos contratos, o Fundo deverá contar com apoio especial da equipe de profissionais da EMATER e de outras entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem disciplinados através de ato regulamentador a ser baixado após aprovação desta lei.

Com a apresentação deste projeto de lei e acreditando na sua aprovação, a Bancada do Partido dos Trabalhadores entende que o povo paranaense estará caminhando na direção de um modelo de desenvolvimento, onde o Estado atue efetivamente em defesa dos setores e segmentos sociais historicamente excluídos, usando seus instrumentos legais e institucionais para gerar empregos, estancar o êxodo rural, colaborar no processo de assentamentos agrários e promover a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento dos agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Encerrada a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente, onde não há Senhores Deputados inscritos.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Marcos Lochinski, que ia falar em nome do Movimento "Grito da Terra". Esta solicitação foi feita pela Liderança do Partido dos Trabalhadores e anuência de todos os Senhores Deputados desta Casa.

Solicito ao Deputado Péricles Mello que encaminhe o nosso convidado à tribuna do Grande Expediente desta sessão, da tarde de hoje.

O SR. MARCOS LOCHINSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, agricultores e agricultores-familiares vindos de todas as Regiões do Estado, representantes do Movimento "Grito da Terra Brasil".

Gostaria de iniciar a minha intervenção, resgatando o que o Deputado Augustinho Zucchi - hoje pela manhã, na apresentação da nossa pauta de reivindicações ao Bloco Agropecuário - disse com muita precisão: "A globalização está aí, não há saída para se integrar a um mercado se não tivermos competitividade e produção de qualidade". Essa é uma expressão que representa de fato a verdade e aquilo que está colocado hoje para nós, agricultores-familiares. A gente, necessariamente, precisa investir nas nossas propriedades, de forma que a gente consiga entrar na competição do mercado.

Muito bem. Este processo de globalização que se instala com muita firmeza em nosso País, impõe condições que não podemos aceitar de pronto. Mais que um processo de integração, ele é um projeto de poder do grande capital internacional que busca sua expansão em áreas e com grande potencial de mercado.

A princípio, nada temos em contrário no que se refere a produzir com competência e melhor qualidade. No entanto, são poucos os que podem fazer isso. Hoje, a realidade da agricultura familiar, o sucateamento por que passam nossas pequenas propriedades, nos impossibilita de entrar nessa competição de mercado.

Seria lógico pensar que, para nos inserirmos no mercado internacional com iguais condições para competir em relação aos produtores do primeiro mundo, que o nosso Estado investisse pesado em políticas na área industrial, educacional, agrícola, tecnológica, para capacitar as micro, pequenas e médias empresas (já que as grandes podem, com capital próprio, fazer esses investimentos) a se integrar de cabeça erguida e não de forma subordinada e submissa aos interesses de ou-

tros países, como vem fazendo o Brasil.

No entanto, esta política de integração do governo FHC parece hegemonizar a cabeça de nossos governantes estaduais. Aqui no Paraná temos diariamente assistido ao Governador Jaime Lerner, falar com muita euforia, que conseguiu trazer grandes empresas automotivas para o Estado, justificando que gerará crescimento econômico e mais empregos.

E aí a gente se pergunta se somente multinacionais, somente empresas automotoras e como fica o setor pequeno industrial do nosso Estado, a agricultura familiar e outros tantos setores que necessitam de apoio para entrar nessa competição de mercado?

Não somos contra a instalação de novas indústrias, nem a criação de novos empregos, mas somos absolutamente contrários a esse projeto de desenvolvimento deste Governo, que ao invés de priorizar os recursos do Estado para fortalecer a economia do Paraná, dando condições para nos modernizar e competir, seja com quem vem de fora, seja em outros mercados, entrega dinheiro público praticamente de graça a empresas como a Renault - que já sabemos, instalará aqui uma fábrica com tecnologia de ponta, que emprega muito pouco, e o que é pior, 40% dos investimentos será bancado pelo Estado, com carência de 10 anos para começar a pagar o empréstimo, além da isenção de impostos. É um paradoxo, para nós, agricultores-familiares, entender por que o Governo governa em favor de grandes empresas internacionais, dando-lhes uma série de facilidades, enquanto que o povo do nosso Estado, em especial os agricultores familiares, que gritam há 4 anos por mais recursos para viabilizar a produção familiar e não migrar para a cidade, não são ouvidos.

Precisamos destes recursos porque não queremos mais migrar para as grandes cidades, vir inchar as grandes favelas. Queremos produzir e é por isso que a gente reivindica há tanto tempo e a gente exige que a agricultura familiar passe a ser uma prioridade do Governo Jaime Lerner. Parece que o Governador Jaime Lerner, além de cego é surdo. Nosso movimento não se reduz apenas a gritar contra esse projeto excludente de sociedade. Temos um pro-

projeto alternativo de desenvolvimento que faz frente e inverte a ordem das prioridades, no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo Governador.

Estamos reivindicando que este Governo priorize os seus investimentos de políticas públicas, que desenvolva a pequena, a micro e média empresa, a agricultura familiar, a agilização da reforma agrária, etc. Como disse muito bem o Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury, em declaração à imprensa, que o Governo está esquecendo das empresas do nosso Estado, que estão fechando por falta de incentivos. É uma grande verdade. O Governo se esquece do que tem dentro do Estado, dos setores produtivos do Estado e prefere priorizar grandes grupos multinacionais que vêm de fora para fazer investimentos e têm subsídios por parte do Governo Estadual.

Neste sentido, é importante que o "Grito da Terra Brasil", que esta Casa de Leis, que os Deputados, se sensibilizem com essa situação, apoiando o nosso movimento e investindo, no sentido de construirmos aqui no Paraná o projeto alternativo de desenvolvimento, baseado no apoio às pequenas iniciativas, às pequenas agroindústrias, baseado no apoio à agricultura familiar.

Encerrando o nosso discurso, quero pedir aos Deputados apoio na aprovação do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar. Este Fundo proporcionará condições para que nós, que somos responsáveis por 80% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros todos os dias, queremos produzir, competindo dentro do mercado e com qualidade para enfrentar a lógica perversa da exclusão social, promovida pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, carro-chefe do atual Governo.

Este é o modelo que queremos buscar: investir nas pequenas iniciativas, na agricultura familiar. Nesse sentido queremos conclamar todos os Deputados. Hoje tivemos uma conversa com alguns Deputados do Bloco Agropecuário, onde apresentamos o nosso projeto e queremos apresentar o projeto da criação do FUNDAF, para que os Deputados apreciem com carinho e, nas próximas semanas este projeto seja aprovado, e que consigamos apresentar para o Jaime Lerner e justificar para

ele que isso sim é modelo de desenvolvimento, que se constrói no Estado, e isso sim é fazer governo, respeitando o povo e aquilo que o povo deseja.

Precisamos estancar de vez as causas do êxodo rural, que só traz problemas para todos os que vivem na cidade e no campo. Essa é uma luta de toda a sociedade. Queremos nos emancipar e construir uma sociedade democrática e popular, com emprego, terra e cidadania. Somos agricultores familiares e temos orgulho de alimentar este País. Queremos ser tratados com dignidade e respeito pelo Governo do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente. Passaremos ao Horário das Lideanças.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Prefeito Luiz Bueno e da Prefeita de Grandes Rios, Sulei S. Lino - minha esposa - que nos orgulha estar entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa se associa com a presença do Prefeito e da digna Prefeita - esposa do nosso colega desta Casa - que nos engrandece na tarde de hoje.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Vereador Nelson Dias, de São João do Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa também se associa com a presença do Vereador Nelson Dias.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Gostaria de lembrar aos Senhores Deputados que hoje completa 50 anos de criação da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

Portanto, no dia 14 de maio de 1947, o então Governador, através do Decreto 615/47, criava a atual Secretaria da Saúde, que muito trabalho tem prestado ao nosso Estado e que tem se aprimorado ao longo do tempo. Esta Secretaria orgulha a todos nós paranaenses, especialmente aos profissionais da saúde e à nossa população que tem, através da nossa Secretaria de Saúde

do Estado do Paraná, um bom atendimento.

Portanto, quero, nesta intervenção, cumprimentar a todos os funcionários, os profissionais da área da saúde, e cumprimentar a todos os paranaenses pelo cinquentenário da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente registrada a manifestação do Deputado Neivo Beraldin.
PDT. PSDB. PFL.

(Todos declinam).

PT. Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos, nesta tarde importante para o nosso Estado do Paraná, manifestar inicialmente a nossa solidariedade às lideranças sindicais, aos pequenos agricultores, que estão aqui presentes, constituindo o "IV Grito da Terra".

Neste dia, apresentamos, até de uma maneira simbólica, um projeto de lei - que vai assinado, não só pelos Deputados do PT, mas por vários Deputados de outros Partidos, Deputados que compõem a Comissão da Agricultura, o Bloco Agropecuário, das mais diferentes tendências desta Casa - que cria um Fundo Público de apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado do Paraná. Este projeto concretiza, a nível do Poder Legislativo do nosso Estado, a principal reivindicação do "Grito da Terra" desta ano, uma reivindicação que vem já há muito tempo, e que agora é concretizada simbolicamente, apresentado esse projeto de lei. Este projeto é resultado da reflexão de uma série de reuniões entre os Deputados da nossa Bancada, lideranças do Movimento "Grito da Terra", liderança da FETAEP, dos sindicatos de pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais, técnicos dos órgãos que se especializam na questão da agricultura familiar, e entendemos que esse é um grande avanço.

Através deste projeto, pela primeira vez neste Governo, o Poder Legislativo pôde se fazer presente com muito vigor - precisamos deixar de ser o "apêndice" do Governo, onde apenas votamos projetos de iniciativa do Executivo - temos dificuldades enormes,

inclusive para sermos atendidos em nossas reivindicações, nossos Pedidos de Informações! Temos que mudar! E achamos que se conseguirmos aprovar este projeto, estaremos estabelecendo uma diretriz diferente de governo, que vem beneficiar as mais de 350 mil famílias de pequenos agricultores, que trabalham com muita dificuldade, há muito tempo, levando a comida para a mesa do trabalhador.

O Paraná é um dos Estados do País, onde tem uma presença forte da pequena produção agrícola, são mais de 400 municípios, e na quase totalidade deles pequenos municípios, que dependem da produção agrícola para sobreviver. Esses municípios passam por uma grande crise, que decorre justamente da crise pela qual passa a agricultura familiar, já que há muito tempo a política agrícola do Governo Federal beneficia a grande propriedade, atua no sentido da concentração da propriedade da terra, e o nosso Estado, nas décadas de 70 e 80 perdeu, em números absolutos - são números estarrecedores - repito: perdeu, em números absolutos, o Paraná, de 1970 a 1980, mais de 1 milhão e 200 mil pessoas que saíram do Estado. Além de todo o crescimento vegetativo que deveria acontecer, o Paraná perdeu 1 milhão e 200 mil pessoas, que foram para novas fronteiras agrícolas, que foram para outros Estados conquistar de novo a terra, repetindo o ciclo trágico da existência do pequeno agricultor que um dia veio do Rio Grande, Santa Catarina, conquistar o Oeste e Sudoeste do Paraná, ou então veio de Minas Gerais, Nordeste, São Paulo, conquistar o Norte paranaense.

Na década de 80 a 90, apesar do nosso Estado ter crescido em números absolutos, há uma estimativa de que mais de 800 mil pessoas também deixaram o campo em função de uma política agrícola contra o pequeno produtor e a favor da agricultura moderna, concentração da propriedade familiar.

Achamos que vivemos um momento importante na Assembléia, mesmo porque na semana passada o Presidente Aníbal Khury fez um discurso nesta Casa, onde alertava o Governo do Estado para que investisse nas empresas paranaenses, na pequena, média empresa paranaense, que está à beira da falência, pelo tipo de política de estabilização implementada pelo Governo Federal, es-

cancaramento da fronteira agrícola, de juros altos e de câmbio supervalorizado.

O Deputado Anibal Khury abre uma fenda com seu pronunciamento e com a sua posição de defesa também da pequena, média e da micro propriedade na agricultura do Paraná, que passa por este profundo processo de desagregação. Entendemos que o apoio à pequena produção familiar não é de responsabilidade apenas do Governo Federal, é também de responsabilidade do Estado, do Governo do Paraná. Não podemos aceitar, Deputado Pessuti, a velha alegação de sempre, de que não existem recursos, de que falta dinheiro para investir na agricultura! Ora, basta lembrarmos de algumas coisas e de alguns números, basta nos perguntarmos quanto o Governo do Paraná investiu para atrair grandes montadoras!

Não temos nada contra esta atração, mas é bom lembrar algumas diferenças. Na pequena produção, cada centavo investido volta para o município, o lucro pequeno que o pequeno produtor tem, todo ele é gasto no comércio local e tem um efeito multiplicador extraordinário. Pudemos assistir verdadeiros renascimentos de cidades do Paraná, de pequenas cidades, apenas com aposentadorias dos pequenos produtores e trabalhadores rurais: em São João do Triunfo, as mil aposentadorias que o Sindicato - com muita luta - conseguiu para os lavradores, fez renascer aquela cidade, fez a cidade viver novamente. Imaginem se o Estado conseguir investir recursos para o pequeno produtor, o renascimento econômico e social que vai acontecer nos pequenos municípios do nosso Estado!

Enquanto que nas grandes multinacionais, o lucro destas empresas, é o lucro que atua no mundo globalizado, ninguém garante que o lucro da Renault vai ser investido no Paraná ou no Brasil, porque seu lucro vai ser investido conforme as necessidades de aumento da acumulação do capital destas empresas em qualquer lugar do mundo, e esta mesma Renault que hoje recebe - alguns dizem - 600 milhões de reais de subsídio do Governo paranaense, pode daqui há dez ou quinze anos, simplesmente fechar a sua fábrica - como fez na Bélgica este ano, deixando 3.000 trabalhadores desempregados.

Entendemos a necessidade da integração no mundo globalizado, mas não podemos aceitar uma integração dependente, dependendo do grande capital, precisamos fazer uma integração autônoma em que haja uma articulação entre o setor mais moderno e produtivo da economia com os setores da retaguarda, e para isso é mais do que necessário não só a reforma agrária, que divida a terra, mas também uma política agrícola voltada com muita força para beneficiar a pequena agricultura.

Podemos, Senhor Presidente Anibal Khury, nos lembrar de alguns exemplos mundiais: a China, com 1 bilhão e 200 milhões de habitantes que são sustentados pela pequena produção familiar baseada fundamentalmente na mão-de-obra chinesa; podemos nos lembrar do exemplo do Japão; de países da Europa e por isso mesmo não podemos aceitar as teorias que tentam dizer que a pequena produção é inviável nos marcos da globalização. Essa teoria, na verdade, é uma teoria comprometida com uma ideologia, a ideologia da globalização e do neo-liberalismo e se queremos um outro mundo, um mundo que impeça a exclusão de milhões de pessoas, a questão agrícola é uma questão fundamental.

Entendemos que o Estado do Paraná, que tem dinheiro para gastar - cento e cinquenta milhões de reais em dois anos para fazer investimento em propaganda, o Governo do Paraná que, através do BANESTADO pode jogar fora mais de 35 milhões de reais na compra de títulos podres de Estados falidos como Alagoas, o Governo que pode investir, como está escrito na "Folha de Londrina" da semana passada, conforme palavras do Governo, dois bilhões de reais de incentivo às montadoras, ou de dinheiro vivo ou então de incentivo que vai ser dado através da isenção de ICMS - esse Governo tem dinheiro para aplicar no Fundo de Desenvolvimento da Pequena Produção.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Péricles, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, pela clareza com que expõe o seu pensamento. Já tivemos a oportunidade de conversar a este respeito hoje pela manhã, quando em reunião conjunta do Bloco Agropecuário, da Comissão de Agricultura - onde Vossa Excelência, o

Deputado Toti, o Deputado Edson Lino, o Deputado Zuk e nós estivemos presentes - e é importante que Vossa Excelência venha agora também, na Sessão Plenária, trazer este seu posicionamento, porque isto ficará registrado nos Anais da Casa.

E nós, que já dissemos hoje pela manhã do nosso posicionamento favorável a este projeto de lei, instituindo o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar, queremos neste momento, estimular Vossa Excelência nesta caminhada, porque temos sim, que lutar até às últimas consequências para que possamos dar à Secretaria da Agricultura, ao Secretário Hermas Brandão, os recursos necessários para que possamos ver acontecendo no Paraná, ações efetivas e concretas na agricultura. Conhecemos os programas que estão sendo desenvolvidos na área do calcário, na área do café, sabemos daquilo que se pretende fazer, a partir deste ano, na questão do plantio do algodão, mas sabemos que tudo isto que se faz hoje ainda não é o suficiente, o necessário, razão pela qual deveremos, todos os Parlamentares desta Casa - como disse Vossa Excelência - dar um passo efetivo e definitivo em favor do setor produtivo.

Nós, que já tivemos programas estabelecidos em alguns momentos, por governantes, como foi o caso do "Panela Cheia" - Programa "Panela Cheia" - como foi o caso do "Bom Emprego Rural", mas que eram programas de um governo, e o que Vossa Excelência - junto com todos os Deputados, tenho certeza - está pretendendo, é instituir de forma definitiva e efetiva, uma política de apoio à agropecuária e agricultura familiar, porque este Fundo de Apoio à Agricultura Familiar, com os recursos que a ele forem aportados, com o gerenciamento paritário entre Governo e entidades ligadas ao setor produtivo, fará com que em momento algum, mudando este ou aquele, estando à frente este ou aquele Governo, teremos sempre a certeza de que o apoio haverá, que os recursos estarão acontecendo em favor do setor produtivo.

Portanto, tem Vossa Excelência o nosso apoio, como tem o nosso apoio o "IV Grito da Terra", que traz as suas reivindicações - todas elas conhecidas e bandeiras nossas já nesta Casa - e

queremos continuar falando, discursando e apoiando, para que possamos ver estas medidas efetivadas de fato no Estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Orlando Pessuti.

Estivemos há pouco reunidos com o Deputado Anibal Khury e com o Deputado Rossoni, conversamos com o Secretário de Governo na tentativa de obter uma audiência com o Governador ainda hoje ou amanhã, para levar as reivindicações do "Grito da Terra".

Eu perguntava hoje de manhã, por quê motivo, se todos falam a favor da pequena produção familiar - o próprio Deputado Pessuti lembrava que este ano a Assembléia ouviu mais de trinta discursos desta tribuna ou do outro lado, a favor da pequena agricultura - se todos falam, se todos defendem, por quê será que a cada dia a agricultura familiar está em pior situação?

Então, temos muita esperança, Deputado Rossoni, que nós, dando as mãos aqui, Deputados que representam pequenos municípios - a maioria dos Deputados desta Casa - que sem dúvida nenhuma estão sensibilizados com os problemas da agricultura, Deputados dos mais diversos Partidos, se dermos as mãos a favor desta causa, teremos condições de sensibilizar o Governador do Estado para que aprove e sancione, depois de aprovado pela Assembléia, o projeto do Fundo da Agricultura Familiar. E os dados que levantamos é para favorecer o debate, porque lamentamos, Deputado Rossoni - eu lamento, como Deputado que sou e o senhor, eleitos pelo povo - que não tenhamos condições de trazer números aqui, com mais correção, porque não temos informações do Estado. Se tivéssemos estes números, aí sim, faríamos uma avaliação com muito mais profundidade, da facilidade que teremos para instalar no Paraná um Fundo de Apoio à Agricultura Familiar.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ilustre Deputado, Vossa Excelência foi testemunha de que, quando procurado pelo movimento, prontamente fizemos intermediação para se ter a conversa com o Palácio Iguaçu. O Secretário Giovani Gionédís nos recebeu por volta de uma hora da tarde, quando

tivemos esta conversa, e foram discutidas as questões e que também há possibilidade de marcarmos ainda hoje, ou amanhã, a conversa com o Governador, para discutir os pontos reivindicados pela luta.

Mas, quero dizer a Vossa Excelência que num movimento sério, do movimento realmente que atinge a todos os trabalhadores do Paraná, não podemos de forma nenhuma misturar a demagogia. E Vossa Excelência falta com a verdade quando começa a transformar o seu discurso e querer fazer o uso deste movimento, quando Vossa Excelência fala aqui das montadoras. Não sei de onde Vossa Excelência retirou que o Governo do Estado investiu dois milhões, ou dois bilhões nas montadoras; não sei de onde Vossa Excelência retirou que o Governo do Estado gastou em rádio, televisão e jornais, cento e cinquenta milhões. Gostaria que Vossa Excelência - pelo respeito que tenho pela Bancada do PT e por Vossa Excelência - que fizéssemos o uso deste dia como uma forma de homenagem e de luta para melhorarmos as condições dos pequenos agricultores do Paraná, e não de usarmos aqui de inverdades para tentar atingir um governo que está sim, preocupado com os agricultores do Paraná.

E quero citar aqui que o Governo do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço que a platéia se conserve em silêncio, porque estamos discutindo um assunto sério.

Se continuarem a vaiar, vou evacuar as galerias.

O Sr. Valdir Rossoni - Agradeço a posição de Vossa Excelência, e estou falando aqui não aos torcedores do Partido dos Trabalhadores, mas sim aos pequenos agricultores do Paraná.

O Governador Jaime Lerner está sim preocupado com os pequenos agricultores, construindo as vilas rurais; está sim preocupado com os agricultores quando, nesses dois últimos anos de Governo, dobrou o número e a quantidade de calcário distribuído aos pequenos agricultores do Paraná; está sim preocupado com os pequenos agricultores do Paraná quando monta um projeto chamado "Paraná Doze Meses", onde fomos buscar recursos internacio-

nais no valor de cento e setenta e cinco milhões, como contrapartida do Estado mais trezentos milhões. Mas, infelizmente, este programa ainda não conseguimos aprovar no Senado da República, quando já tivemos a manifestação do Banco, do organismo internacional aprovando este projeto.

Então, gostaria que usássemos desse momento para que todos os Parlamentares, irmanados por esta causa, lutássemos para melhorar as condições dos pequenos agricultores do Paraná, porque não dizer do Brasil.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Rossoni.

Queria apenas esclarecer ao senhor algumas questões: todos os dados que citei, citei a fonte. Quando falei de dois bilhões de reais - repito, dois bilhões - é o que está escrito na "Folha de Londrina", palavras do Governo. E disse no meu discurso que não sabia se esse incentivo era dinheiro vivo, já dado, ou se estava dentro desse incentivo...

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência sabe que os incentivos dados às montadoras estão dentro da lei, e estamos dando o que não temos. Essas empresas ainda não estão no Paraná, e só serão dados os incentivos a essas empresas a partir do momento em que elas estiverem instaladas e estiverem produzindo no Paraná, dando emprego aos trabalhadores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. PÉRICLES MELLO - Peço, encarecidamente Senhor Presidente, foi gasto pouco tempo do Grande Expediente. É um assunto muito importante, vou explicar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo mais quatro minutos para Vossa Excelência concluir.

O SR. PÉRICLES MELLO - Citei dados, Deputado Rossoni, e falei que não sabia se era dinheiro vivo ou incentivo, mas o Governo mesmo tem alardeado isso, o senhor sabe muito bem.

Então, tudo o que citei, disse os dados que estava citando e que tipo de dados estava citando, fui claro. Como na questão da imprensa, também temos dados, dados do Governo, que os gastos são estes que falei - está gravado nesta Casa. A questão das montadoras, disse que era importante, mas não posso aceitar que todo projeto de integração seja independente. E argumento que o Governo do Paraná tem condições de investir recursos no Fundo. E falo isso porque a crítica é necessária, ela tem de existir, da crítica nasce a luz. E acho que o senhor deve aceitar a crítica da oposição como um caminho de buscar uma alternativa.

Hoje, estivemos conversando com o Secretário de Estado, e ele nos dizia que não tinha recursos. Ora, o nosso papel é mostrar ao Governador Jaime Lerner que existe recursos, se tiver boa vontade, e se for prioridade do Governo em investir na pequena produção.

Por isso faço a crítica e defendo os argumentos a favor do Fundo de Proteção à Agricultura Familiar.

(Aplausos)

Estamos criando um Fundo - e queremos o apoio dos Deputados e a sanção do Governo do Estado - que tem uma dotação orçamentária nos seguintes termos: 25% total de recursos das vendas de ações da COPEL. Sempre que o Governo vender ações da COPEL, ele irá destacar 20% do valor destas vendas e colocar no Fundo de Apoio à Agricultura Familiar; 15% total dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, é um Fundo que vem em apoio à indústria, e achamos que um percentual deste Fundo deve ser colocado à disposição da agricultura familiar, pela importância estratégica de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado que ela tem.

Além disso, achamos que o Governo deve colocar no Orçamento Anual, um total igual ou superior a 1,5% do valor bruto da produção agropecuária paranaense, apurados do ano, imediatamente ao ano interior.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura, Deputado Valdir Rossoni - foi o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, que nos alertou ontem - a produção agropecuária paranaense foi de oito bilhões de reais, e, portanto, 1,5% daria cento e vinte milhões de

reais para o Fundo, mais ações da COPEL. Achamos que se colocasse para a agricultura duzentos, duzentos e cinquenta milhões de reais por ano, faríamos um grande projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná, que é a obrigação deste Governo.

Um outro ponto importante do projeto, Deputado Anibal Khury, é que criamos um Conselho, que vai gerir democraticamente esse Fundo. E esse Conselho será formado por representantes do Poder Executivo; por Secretários de Estado, mas também por representantes da Assembléia Legislativa - um Deputado - um representante da FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná; um representante da CUT; um representante da FEPAR - Federação Paranaense de Associações de Agricultores; e um representante das Organizações Não Governamentais, com atuação no setor da agricultura familiar do Estado do Paraná.

Achamos que é um projeto democrático, que com boa vontade pode trazer um novo surto de desenvolvimento, principalmente para os pequenos municípios de dependem da agricultura voltada particularmente à alimentação, ao mercado interno, e, por isso, esperamos a boa vontade dos Deputados, que todos nos demos as mãos, para imprimir esse novo ritmo ao nosso Estado.

Esperamos sim, que todos aprove-mos com urgência este projeto. É um projeto que não é perfeito. Colocamos esse projeto em discussão. Entendemos que os Deputados podem fazer emendas, que venham priorizar o projeto, mas entendemos de fundamental importância que ele seja aprovado pela unanimidade, e sancionado pelo Senhor Governador.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parabéns aos companheiros do "IV Grito à Terra Brasil".

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Estava vindo de carro para cá, e estava ouvindo a "Rádio CBN". E na "Rádio CBN" estava dando uma entrevista, nosso colega aqui da Assembléia Legislativa, o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Gover-

no. E o relato do Senhor Valdir Rossoni era a respeito da entrada ou não e dos percalços do Governador Jaime Lerner, no PSDB. E vi o próprio Governador afirmar isso, na "Rede Globo", dizendo o seguinte: "...mas eu não falei nada em Curitiba e nem no Paraná, que eu queria trocar de Partido. Eu não disse nada para ninguém. Eu estou quieto, ninguém nunca ouviu nenhuma manifestação minha. O Governador não se pronunciou a este respeito".

Ora, Deputado Valdir Rossoni, o Governador Jaime Lerner foi pedir para o Presidente Fernando Henrique Cardoso para que abonasse a sua ficha de filiação ao PSDB. O Governador Jaime Lerner foi pedir para o ex-Governador José Richa, que fosse fazer a defesa, dentro da reunião do PSDB, para que ele pudesse entrar no PSDB!

Todo o Secretariado do Governo, todo o terceiro andar do Palácio Iguaçu estiveram, nestes últimos meses, num envolvimento até o pescoço, para fazer com que o Governador Jaime Lerner entre no PSDB. Então, fica feio usar da falta de transparência, daquela sinceridade que é típica do Governador Jaime Lerner e não querer aceitar as evidências das coisas.

A população não está recebendo muito bem essa tentativa de desmistificar, de dizer que não era o Governador Jaime Lerner que queria entrar no PSDB. Temos que aceitar a realidade: o Governador Jaime Lerner queria entrar no PSDB por duas razões: uma, para receber dinheiro do Governo Federal; outra, para não deixar o ex-Governador Álvaro Dias ser candidato ao Governo do Estado, e tomar de assalto o PSDB. É verdade, o senhor sabe disso, nós sabemos disso! Então, para que ficar mentindo? Para que tentar iludir a população de nosso Estado?

Parece-me que a mesma coisa acontece em relação aos trabalhadores de pequenas propriedades rurais. Tem que parar, definitivamente, de fazer dias aqui, em comemoração ao "Grito da Terra" e se reunir com o Senhor Giovanni Gionédís lá no terceiro andar do Palácio Iguaçu!

Vocês têm que pegar os cento e cinco milhões que vocês gastaram somente no ano passado, em propaganda - e que foi superior aos três anos de governo do PMDB - e destinar vinte, trinta milhões para crédito subsidiado

para pequenos agricultores. Eles estão cansados de "blá, blá, blá" deste Governo, é preciso uma ação do Governo, no sentido de atendimento das suas reivindicações!

O povo passa fome no nosso Estado! Os camponeses estão sendo expulsos, ora por causa das barragens, ora porque a grande propriedade avança, expulsando o homem do campo! Só os pequenos produtores do Estado do Paraná são responsáveis, Senhor Valdir Rossoni, pelo feijão da sua mesa, pelo arroz que alimenta a sua filha, pelo milho que alimenta! 78, 80% da produção que vai na cesta básica deste Estado, é produzida pelas mãos cheias de calos dos pequenos agricultores, e não há um gesto do Governo do Estado do Paraná para minorar o sofrimento do nosso homem do campo! E depois não adianta vir reclamar que as cidades estão inchadas! Estão inchadas porque não há perspectiva de trabalho para os pequenos agricultores, e a omissão deste governo é algo que nunca assisti na história política deste Paraná!

O Estado do Paraná que é forte na pequena agricultura, que sempre foi um Estado de agricultura forte, sempre teve uma ou outra política que possibilitasse uma melhora em função dos problemas nacionais que passa a agricultura do nosso Estado!

Deputado Valdir Rossoni, é mentira também - desculpe o termo, mas é preciso ficar claro - ouvi ontem o Governador Jaime Lerner dizendo na televisão, o seguinte, na "Rede Globo", todo sorridente, depois do negócio do PSDB: "Nós estamos aqui" - vejam bem - "nós vamos gerar renda, vamos gerar trabalho e riqueza. Só de investimento nós estamos trazendo agora oito bilhões para o Estado do Paraná, 30% são para as montadoras e os 70% são para empresas que vão se instalar no interior do Estado".

Pasmem, Senhores, não tem nenhuma grande empresa que crie duzentos, trezentos empregos instalada, que o Governador possa anunciar aos quatro cantos do Estado do Paraná, no interior do Estado! O único recurso de incentivo fiscal - e é dinheiro vivo dos contribuintes do Estado do Paraná - está sendo para trazer uma multinacional que criou seis mil desempregados na Bélgica, que é a Renault, que vai

se instalar em São José dos Pinhais, e isso é dinheiro do povo do Paraná.

O senhor não está falando a verdade, porque o Governador, até agora, não revela o Protocolo de Intenções assinado com a montadora multinacional. Sabem por quê? Porque o Rio Grande do Sul, que estava fazendo quase a mesma coisa que o Paraná, ficou revelado lá com a Justiça, que o Governo do Rio Grande do Sul pegou duzentos e setenta milhões de reais - uma em cima da outra - de dinheiro público e emprestou para a GM. Sabem quanto o Estado - segundo dados do próprio balanço da Renault, publicado no Diário Oficial - vai desembolsar de dinheiro vivo? Quarenta por cento (40%) do controle acionário desta empresa! É o dinheiro do Estado do Paraná, dos contribuintes.

Enquanto isso, os camponeses, a escola, a saúde, estão sendo sacrificados em nosso Estado. Não podemos concordar com esse tipo de política que privilegia um setor da economia do nosso Estado, em detrimento do sofrimento de milhares e milhares de brasileiros. Querem arranjar emprego? O Governador quer governar o Estado, quer salvar o Estado da sua falência social? Quer fazer isso? Financia a pequena propriedade. Financia os pequenos empresários.

(Aplausos)

Digo ao senhor - se sou Governador do Estado, ou qualquer um dos Senhores Deputados - com cem milhões de reais que foram gastos nas propagandas no ano passado, eu teria canalizado cinquenta milhões para a pequena propriedade. O senhor sabe que mil reais, Deputado Valdir Rossoni, dois mil reais que um pequeno agricultor consiga emprestar numa agência bancária com juros subsidiados, com o Estado ajudando para que ele crie emprego e possa fomentar a produção? Dois mil reais é dinheiro que não acaba mais para os pequenos agricultores. E, no entanto, vocês vão canalizar mais de seiscentos milhões para uma única montadora? Isso é governo, Deputado Valdir Rossoni?

Vamos pôr a mão na consciência, o Governo está errando e precisa ser chamado à atenção, é preciso puxar a orelha desta Governador, porque ele precisa corrigir a condução do Governo do Estado, para que atenda as necessidades da maioria do nosso povo, inde-

pendente de ser oposição ou de ser da situação. O Governo precisa tomar o rumo, porque senão o Estado do Paraná, que já está sucateando e já está vendendo o patrimônio público que é a COPEL, que pretende vender a SANEPAR, que criou graves danos para o Banco do Estado, pode pôr o povo do Paraná na falência absoluta e completa e na mais profunda miséria.

O Sr. Valdir Rossoni - Ilustre Deputado Vanhoni, Vossa Excelência sabe muito bem - e falei há pouco - que em nenhum momento estamos nos negando, estamos solidários com o movimento e o próprio Governo está solidário - como citei das ações que ele está praticando e buscando até dinheiro internacional para apoiar os pequenos agricultores.

Não quero ser repetitivo, mas pelo respeito que tenho a Vossa Excelência, espero que Vossa Excelência tenha a ética no seu pronunciamento, porque quando o Prefeito de Londrina brigou com o Paulo Bernardo, nunca subi nesta tribuna para falar aqui das questões partidárias do PT. Quando o Roberto Requião chamou o Mário Pereira de ladrão - desculpem-me eu citar a palavra "ladrão" - que era uma briga dentro do PMDB, nunca subi na tribuna para entrar nas questões partidárias internas dos Partidos. E por isso, peço a Vossa Excelência, com todo o respeito que tenho: "as questões partidárias são questões internas e que não vêm e não nos interessa à análise dos Deputados do PT."

O SR. ÂNGELO VANHONI - Até posso concordar - e desculpe-me a indelicadeza - mas é que tenho escutado tanto na televisão, já pedi desculpa sobre o embroma do Governador Jaime Lerner e o PSDB, não vou entrar mais nesta questão, o senhor tem toda a razão.

Mas, queria reconduzir o debate, não é hora mais de ficar dizendo aos pequenos agricultores e à agricultura do Estado do Paraná, que estamos - escuta, Deputado Valdir Rossoni - no mês de maio de 1997, e no mês de abril de 1998 o Governador Jaime Lerner vai ter que se descompatibilizar para disputar a eleição, acabou o Governo.

Senhor Presidente, gostaria de garantir a palavra.

Eu lhe concedo outro aparte, Deputado Valdir Rossoni, mas não podemos fazer um debate paralelo, porque tem outras pessoas que estão querendo se pronunciar.

O que não dá para aceitar, é o Governo do Estado do Paraná gastar montanhas de dinheiro como gastou no ano passado - e estão aí os dados do Tribunal de Contas, se o senhor tem alguma dúvida, requeira ao Presidente Anibal Khury, que solicite o Balanço gasto em publicidade do ano de 96 do seu Governo, para o senhor saber o montante da verba de cento e cinco milhões de reais de verba publicitária. E pasmem os senhores: um ano - em doze meses - e nós do PT sempre fomos críticos, porque a verba publicitária é sem licitação, a grande parte delas. O Governo, desta vez, fez licitação e gastou cento e cinco milhões. Sempre fomos críticos aqui dessa tribuna da Assembléia, contra o governo do PMDB, que no nosso entendimento, já gastava demais em publicidade.

Mas, pasmem, Senhores Deputados, senhores ouvintes que hoje nos prestigiam nesta sessão: os três Governos do PMDB, de José Richa, de Álvaro Dias e Roberto Requião, são menores em gastos de propaganda, somados ao que em um ano de governo do Senhor Jaime Lerner. Se o senhor tem dúvidas, requeira ao Presidente Anibal Khury a solicitação de documentação do Tribunal de Contas, que vai ficar comprovado. Faço este desafio. E daí, o senhor vem com o "blá, blá, blá" de que está buscando dinheiro no exterior para ajudar os pequenos agricultores! Ora, Deputado Valdir Rossoni! É hora de esquentarmos a temperatura, é hora sim, de esquentarmos a temperatura, sabem por quê? Porque não dá mais para o povo do Estado do Paraná assistir calado o que vem assistindo. Até há bem pouco tempo, quatro milhões de reais da Secretaria de Educação, sem licitação, para aquele cara lá do Rio de Janeiro prestar um serviço em Faxinal do Céu, no sentido de fazer seminário com os professores, que era, em última análise, de uma grande lavagem cerebral para colocar os professores do lado do Governo, para apoiar o Governo - sem licitação - quatro milhões e meio de reais!

Há pouco tempo, o Deputado Romanelli denunciou aqui da tribuna, que

uma empresa aqui de Curitiba, estava ganhando uma obra para fazer um complexo de energia para a empresa Renault, na ordem de quatorze milhões de reais, sem licitação. Está prevista a obra aqui em Campo Largo, na ordem de trinta e seis milhões de reais para a fábrica Chrysler, que é uma doação do Governo do Estado, também sem licitação.

Escutem, companheiros, o Banco do Estado do Paraná participou da cadeia dos títulos públicos, comprando duzentos e setenta e quatro milhões, através do Banco do Estado, dinheiro do povo do Estado do Paraná nos títulos públicos que foram denunciados na CPI do Senado Federal.

Ora, não vamos mais mentir para o povo do Estado do Paraná! O Estado tem recursos e tem que canalizar para resolver os problemas da fome, da educação, da saúde, em nosso Estado.

A minha proposta é a seguinte: - proposta concreta, Deputado Valdir Rossoni - trinta milhões de reais para o Banco do Estado proporcionar crédito agrícola este ano para os produtores. O Governo tem uma capacidade enorme de atrair investimentos na ordem de oito bilhões e não tem capacidade para conseguir trinta, quarenta milhões para colocar à serviço da pequena propriedade rural, que alimenta o povo do Estado do Paraná. Minha proposta concreta é essa: capacidade, criação, criatividade e determinação política do Palácio Iguaçu. Não precisamos dos oito bilhões, precisamos salvar da fome os pequenos camponeses e seus filhos, que estão produzindo o alimento do nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Saúdo, com satisfação e alegria, o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni. A inversão da ordem de virmos a tribuna, Deputado, justifica-se para dar sequência, com o ênfase característico de Vossa Excelência, ao pronunciamento anterior do Deputado Péricles.

Venho à tribuna para um assunto grave também: para retratar aos compa-

nheiros da Assembléia, para os senhores e senhoras aqui presentes, para a população do Paraná, um outro movimento que se desenvolve simultaneamente ao "Grito da Terra", inclusive com concentrações simultâneas em muitos lugares, como no caso de Capanema e Serranópolis. No dia de ontem, houve milhares - trinta, quarenta, quarenta e cinco mil pessoas aproximadamente - na sua maioria pequenos produtores rurais, que formaram fileiras, num grito pró reabertura do "Caminho do Colono", a chamada "Estrada do Parque".

Fico - e quero retratar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares - entusiasmado com o poder de organização do trabalhador, do empresário, do profissional liberal, do estudante, do povo brasileiro, em últimas palavras. Pude testemunhar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o quanto é importante caminharmos rumo ao mesmo objetivo. Pude testemunhar durante estes cinco dias de acampamento no Parque Nacional do Iguaçu, a importância de se dar um norte, para uma Nação, para um Estado, para um Município, para uma causa. Como é bonito, Deputado José Tavares, quando vemos imbuídos do mesmo pensamento o pequeno agricultor, o sem terra, o bóia-fria, o comerciante, o profissional liberal, o estudante, o professor, o político, todos querendo encontrar o mesmo caminho.

E ficou claro - muito claro - nessa tomada de posição no Parque Nacional do Iguaçu, que é possível, quando todos acreditam na mesma coisa, se chegar pacificamente a uma conquista. Nem uma lata jogada no Parque Nacional do Iguaçu. Os que fumavam, nem um toco de cigarro foi colocado no chão sem ser apagado com o pé, para não pôr em risco e não danificar a natureza exuberante que lá existe. Nem um lixo jogado, nem uma lata de cerveja, passando para dentro do Parque, no acampamento dos trabalhadores, da população, dos políticos, dos empresários, de um povo como um todo, que compõe uma massa de mais de quinhentas mil pessoas num grito só, querendo o direito de ir e vir na colonização do Oeste e do Sudoeste do Paraná, e nesse linear de caminhos da ecologia.

Fala o Governo do Estado num projeto amplo, de aprovação do Oeste

do Estado do Paraná, da ocupação da barragem de Itaipu, com um programa de turismo ecológico. O Sudoeste do Paraná, através das usinas lá construídas, possui enormes lagos, até hoje inexplorados. Propõe-se, portanto, um amplo projeto ecológico feito pela IPOPEC, de que se faça o aproveitamento do turismo ecológico, ligado a região Oeste e Sudoeste do Paraná, desenvolvendo sentimento ecológico que deve existir no meio de cada um de nós.

Eu me pergunto, Senhores Parlamentares: o que pensa uma criança, em casa, com dez, doze anos, quando na escola ela ouve a professora falar que o Parque Nacional do Iguaçu acabou com a possibilidade de desenvolvimento de uma região? Ela chega em casa, vê o pai e a mãe pensando em ir embora, porque a sua região sonhada parou de ter prosperidade, porque fechou a Estrada Nacional do Parque. O que pensa, que espírito de defesa da ecologia pode ter quem olha para o Parque e o vê como um inimigo e não como um amigo, a quem devemos preservar? Esta reabertura gera a consciência ecológica mais clara em cada um daqueles que lá esteve.

Pude meditar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que não é pela presença de pequenos trabalhadores que aqui estão hoje, que se faz enlaço. O quanto foi importante, o quanto é importante essas entidades que congregam pessoas que precisam se fazer ouvir, as chamadas minorias da nossa sociedade que só com muita luta, esforço e sacrifício, conseguem fazer com que sua voz seja ouvida. Dez anos atrás, uma liminar fechava a esperança de um povo. Dez anos se passaram e o remédio jurídico que existe para, preventivamente socorrer contra algum dano iminente a ser causado, permanece ainda intacto, sem julgamento, fechando a esperança de um povo inteiro do Oeste e Sudoeste do Paraná.

Pois agora, no clamor popular, na vontade irrefutável da população que lá está acampada e vai continuar acampada até que se defina e que se pronuncie a Justiça a respeito deste direito, mas se pronuncie lendo os autos, conhecendo a realidade regional, vendo que se propõe pela primeira vez, no Paraná e no Brasil, Deputado Pessuti, existe projeto completo do

uso integrado do Parque Nacional. No final do século, no limiar do ano 2.000, não, somos capazes de sentar à mesma mesa e encontrar uma forma de o homem e a natureza conviverem juntos.

Será possível que de todos os bichos que existem na fauna brasileira, o único que não mereça respeito seja exatamente o bicho-homem, e principalmente, o mais necessitado, porque a ligação do trabalho passa pela estrada, a colonização do Oeste passou por ali; do Mato Grosso passou por ali e por ali não passam aqueles que não produzem e não conhecem a necessidade que têm do encurtamento de distâncias.

Senhor Presidente, estou encaminhando um Requerimento pedido para fazermos uma Comissão Especial para acompanhamento das negociações, para que a Assembléia participe. Não espero e não peço que tome partido unanimemente em favor da causa, mas que participe com a Comissão Especial nas negociações que passaram a se desenrolar a partir de ontem e de hoje, com a Justiça e com as autoridades policiais, que tentarão desimpedir a estrada, se não for julgada rapidamente a quebra desta liminar.

Concedo aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Meu caro Parlamentar, Vossa Excelência está relatando aos demais Parlamentares que não acompanharam, um acontecimento inédito, um acontecimento onde reuniu a família do Oeste e Sudoeste. Lá vimos o pai, o filho, o neto, o avô, presentes numa reivindicação que consideramos justa. Esta estrada nasceu muito antes de ser criado o Parque Nacional do Iguaçu e por isso vimos com emoção aqueles que por ali passaram com carroça de boi e burro, e que fizeram o seu futuro, desbravaram aquela região e ali criaram as suas famílias e hoje se vêem impedidos de ir e vir, numa estrada que já foi tão importante para o desenvolvimento do Oeste do Paraná.

O que nos preocupa, é que muitas vezes, esta vontade, esta luta, nasce no seio da população, quando as autoridades da Justiça, que é morosa, não tem sensibilidade para atender às manifestações e reivindicações de um povo.

Quero manifestar o meu apoio total a este movimento, pedir aos demais

Parlamentares que participem deste encontro do Oeste e Sudoeste, e que possam nos ajudar a impedir que a Justiça Federal - ou seja quem for - possa tentar impedir o desejo da população à força.

Por isso, fica o registro e a minha participação, como já tivemos há dois ou três dias, dando o nosso apoio àquela gente. Parabéns pela idéia de se criar aqui uma Comissão. Será muito importante para dar apoio àquela gente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano - Somo-me ao seu pronunciamento e tenho a certeza que a vossa manifestação encarna o sentimento da gente da fronteira Sudoeste do Paraná, como da mesma forma encarnamos o sentimento daquela gente.

Vossa Excelência sabe das lutas históricas que travamos na região de fronteira quando aquele povo tinha travado o grito de liberdade, quando aquela gente não tinha sequer o direito de eleger os seus Prefeitos. Nós, em conjunto com a gente laboriosa, ordeira e trabalhadora da fronteira Oeste e Sudoeste do Paraná, travamos lutas homéricas, reconquistamos o direito de disputarmos os pleitos municipais e tão logo isto aconteceu, já de imediato, todos fomos tolhidos por uma decisão da Justiça, que acabou sacrificando todas as lutas daquela gente.

Lá estivemos na tarde de ontem, na companhia do Deputado Zucchi e não tivemos a oportunidade de conversar com Vossa Excelência, porque estava do outro lado do rio. Lá esteve o Deputado Edgar Bueno e outros, que se somam a esta luta que, com certeza, é a luta dos sonhos da região Sudoeste do Paraná, é a redenção econômica de uma região, principalmente o seu município-pólo, que é o Município de Capanema. Conhecemos as dificuldades, a crise que assolou aquele município em função do fechamento dessa estrada, os prejuízos de ordem financeira de alta soma que vêm sacrificando e crucificando aquela gente.

Tenho certeza que este movimento ordeiro, pacífico, onde mais de vinte mil pessoas tiveram a oportunidade de marcar presença neste evento e que,

com certeza, chamou a atenção de todo o Brasil - e a Justiça há de se curvar a este movimento que aconteceu nesses dias as margens do Rio Iguaçu. Não há nenhum Juiz insensível a esta luta histórica, travada pelos homens da fronteira.

Somo-me ao vosso Requerimento e ainda ontem, quando saía de Capanema, numa conversa que tivemos com o Doutor Marcos Pagano, mais os Prefeitos, sugerimos a eles esta idéia, para que pudessemos montar uma Comissão de Parlamentares que tivessem interesse com a reabertura daquela estrada - mais alguns Prefeitos - para que pudessemos ir até o Juiz em Porto Alegre e levarmos a ele, para que pudesse tomar conhecimento pleno do que é a nossa pretensão. Vossa Excelência foi mais adiante, encaminha este Requerimento e que somar-me a ele e ter a certeza que o sentimento do povo da fronteira está encarnado - com certeza - em nós, Deputado Caíto Quintana e Deputado Traiano, que representamos aquela região.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo aparte ao Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Caíto Quintana, o senhor sabe do respeito e admiração que todos temos pela sua pessoa e o assunto envolvente que é a "Estrada do Colono", inclusive o Deputado Irineu Colombo está na luta desde a semana passada. É um dos defensores da abertura da estrada e devo confessar aos senhores que tenho dúvidas, assim como o Doutor Rosinha e outros Deputados, sabemos da importância do apelo popular que tem essa estrada e da importância econômica e social dos habitantes dessas cidades.

Por outro lado, temos grupos ecológicos de renome internacional e trajetória humanista em defesa de um mundo mais civilizado, de um mundo melhor para as pessoas, e eu queria, junto com seu Requerimento, fazer uma solicitação: acho que a Assembléia Legislativa vai ter que se posicionar - e deve se posicionar - sobre esse assunto tão importante, tão polêmico. Podíamos transformar a Assembléia, de maneira rápida, urgente, num Fórum de Debates sobre a "Estrada do Colono", convidando as entidades ecológicas ter uma postura contrária e ouvindo também

os argumentos de sua pessoa, muito fortes, Deputado Colombo, de outros Deputados, também técnicos de vários órgãos governamentais que tem uma posição favorável. Acho que essa discussão tem que ser feita com profundidade, tem que ser feita rapidamente para que a Assembléia se posicione sobre esse assunto tão complexo.

Nós, da Bancada do PT, já estamos nos direcionando nesse sentido, vamos trazer alguns fóruns de ecologistas, posições diversas, para poder tomar uma posição de Bancada sobre esse assunto tão importante.

Obrigado.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado

Caíto, eu apenas, e até agora, um argumento a mais, porque vejo o Deputado Péricles propondo a Vossa Excelência que fizéssemos um debate em relação a essa questão.

Ocorre o seguinte, que, na verdade, quem - digamos - não viveu o problema lá, tem realmente estas dúvidas, Deputado Péricles. Mas, em todo o mundo, os parques são abertos à visitação pública, e aquilo que o Deputado Caíto colocou é, com muita propriedade, o que a população ao longo desse tempo aprendeu - mais do que já sabia - com relação a preservação ambiental. Não é possível deixarmos uma geração inteira com predisposição contrária ao Parque, ao contrário de conhecer o Parque, transformar o Parque numa grande referência ecológica e de preservação, do Paraná e do Brasil.

A estrada, é uma estrada normal, como essa da Graciosa, que é circular, e que serviu para os imigrantes que vieram para cá e hoje serve como referência de preservação e referência ecológica para todos que vem ao Estado do Paraná.

A estrada que ligou os povos lá, inicialmente, que foi desbravadas pelos nossos pioneiros, com certeza absoluta serve agora de referência para a nossa população lá, que nunca pensou em deixar de preservar o parque, pelo contrário, a passagem dentro do Parque Nacional do Iguaçu - e o Deputado Caíto Quintana que acompanhou lá com os demais Deputados de toda nossa região. O que sentimos na população, é uma consciência tão grande, que não há a mínima possibilidade de qualquer risco de preservação, com relação a questão

do Parque, pelo contrário, a integração da população do Oeste e do Sudoeste do Paraná, através do Parque Nacional do Iguaçu, é a garantia de que podemos ter lá uma referência de preservação para nosso País, que com certeza absoluta, isto está latente em nossa população, que conviveu até hoje com o fechamento da estrada.

Acho que está de parabéns a nossa população, que fez este movimento ordeiro, pacífico, em busca da abertura desta estrada.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, quero agradecer às manifestações dos companheiros, e dizer que o pensamento da região, Deputado Zucchi, é discutir sim, a questão ambiental, a forma de fazer a estrada, mas com a liminar cassada. Porque, esperamos onze anos para discutir essa questão, com a estrada fechada, esperamos agora, discutir a melhor forma de utilização desse tráfego, mas com a estrada aberta.

Quero transmitir, em nome do movimento, Deputado Anibal Khury, os agradecimentos a Vossa Excelência, Presidente desta Casa, que em todos os momentos foi receptivo para a Comissão da IPOPEC, quando dirigiu-se à Capital, quando apresentou documentos, quando necessitou ter o apoio e o prestígio das autoridades para poder colocar os seus pontos de vista e fazer o seu projeto. A imprensa do Paraná, que tem tratado com respeito este movimento, não tendo partido para a crítica sem conhecer o fato, tem dado força, tem ajudado a existência do movimento, principalmente aqueles que lá estão - e sem querer fazer demagogia aos integrantes desse movimento do "Grito de Alerta" que aqui está, que são pequenos agricultores, filiados a Sindicatos, integrantes de entidades de agricultores, indiscutivelmente, os outros movimentos tiveram importância e tiveram grandeza - mas esse movimento é o maior de todos, porque ele exatamente foi capitaneado pelos trabalhadores rurais da nossa região, que foram a grande força a pegar no cabo da enxada, para com ela abrir um caminho que justamente tinham nos fechado.

Obrigado, Senhor Presidente!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência quer manifestar a sua opinião sobre a "Estrada do Colono".

Percorri esta estrada, há muitos anos atrás - o Deputado Caíto sabe disso - e acho um verdadeiro absurdo essa tentativa de impedir que aqueles colonos - os primeiros colonos - e hoje todos, possam transitar por esta estrada.

Ela não fere nenhum Dispositivo Constitucional, já existia - como disse Vossa Excelência - e não há nada que possa impedir que esta estrada seja liberada, porque o povo conserva a estrada.

Quem for pela "Estrada da Graciosa", uma estrada centenária, como disse o Deputado Luiz Carlos Zuk, sabe perfeitamente que o nosso povo é ordeiro, disciplinado e sobretudo quer que as suas reservas florestais estejam sempre vigiadas e fiscalizadas, e o próprio povo isso faz. Se Vossa Excelência ou qualquer Deputado, ou qualquer cidadão descer a "Graciosa", vai ver como se conserva uma rodovia que é a reserva da Mata Atlântica.

Vossa Excelência tem todo o apoio do Presidente da Assembléia, acho um absurdo que essa liminar não tenha sido julgada durante mais de dez anos, o Judiciário que decida, tem estância superior, se o Juiz achar que deve fechar a estrada, vai para o Tribunal, do Tribunal vai para Brasília.

Mas, na realidade, Deputado, é um absurdo nominável o que está acontecendo com a estrada. Vossa Excelência tem todo o meu apoio, e vou submeter o seu Requerimento a votos "no tiro".

(Lê):

"Senhor Deputado Caíto Quintana requer a constituição de uma Comissão Parlamentar, para acompanhar junto às autoridades do Judiciário, do Executivo, de quem quer que seja, o movimento que visa liberar a Estrada do Colono dessas algemas que lhe impuseram."

A Comissão será constituída por 07 (sete) Deputados, e submeto a votos o Requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado por unanimidade.

(Aplausos)

A Comissão será constituída pelos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana - Coordenador Edgar Bueno, Élio Rusch, Ademar Traiano, Luiz Carlos Zuk, Irineu Colombo e Nereu Moura.

Todos participaram da caminhada na estrada em questão.

O Deputado Caíto tem a inteira liberdade para coordenar os trabalhos desta Comissão.

Deputado Toti com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados, prezadíssimos agricultores que se encontram no Plenário do nosso Parlamento.

Quero, antes de mais nada, cumprimentar, deixar registrado aqui o nosso reconhecimento pelos pronunciamentos, os que me antecederam, os fizeram com muito brilhantismo, através desta tribuna, desde do Péricles, do Vanhoni e o nosso ex-Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana. Nossos cumprimentos pelas ações e pelos pronunciamentos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Recentemente, o nosso Presidente Anibal Khury, usando da tribuna desta Casa, fez, talvez, um dos pronunciamentos mais importantes nos últimos tempos, aqui nos nosso Parlamento. Dizia o Deputado Anibal Khury, no seu pronunciamento chamava a atenção de todos nós - e porque não dizer - chamava também a atenção do próprio Governador, quando fazia um alerta aos investimentos que o Governo do Estado e fazia um alerta, o Senhor Presidente, com relação às empresas paranaenses que estão hoje à beira da falência, pequenas, médias e grandes empresas.

O discurso do nosso Presidente veio num momento oportuno, porque teve eco dentro do nosso Estado, e o que me chama a atenção neste dia, Senhores Deputados e meu caro Presidente, que neste momento, onde os nossos agricultores se postam na Assembléia Legislativa, se postam na Secretaria da Agricultura e se postam em diversas regiões do nosso Estado, dando um grito de alerta ao Estado do Paraná. O primeiro grito foi dado pelo nosso Presidente há dias atrás, hoje é o homem do campo que dá o seu grito em todos os recan-

tos do nosso Estado e neste momento, podemos fazer a seguinte reflexão: temos o Fundo de Desenvolvimento Econômico no nosso Estado, que é para atender as nossas empresas, as indústrias; existe o FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, para atender as Prefeituras do Estado do Paraná. Está tramitando nesta Casa mais dois projetos, duas Mensagens do Governo do Estado, uma delas criando a Agência de Fomento ao Desenvolvimento do nosso Estado e a outra, uma empresa para arrecadar fundos para que possa viabilizar o nosso desenvolvimento, estão tramitando aí, esta empresa com capital social - se não me falha a lembrança - de oitocentos milhões de reais.

E o que está hoje dando entrada nesta Casa? Nada mais nada menos do que um Fundo de Apoio à Agricultura Familiar. Meu prezadíssimo Péricles, que representa e elaborou este projeto - com o apoio de todos nós - é preciso que nós, Deputados da Oposição e da Situação, aproveemos este projeto mais do que nunca. Se existe Fundo para tudo que é tipo de coisa hoje, porque não criarmos definitivamente um instrumento de apoio aos pequenos agricultores do Estado do Paraná?

O Deputado Anibal Khury, hoje pela manhã quando estivemos juntos na Presidência desta Casa, foi enfático para todos nós: "Contem com o meu apoio, porque vou apoiar a criação deste Fundo para a Agricultura". Foi enfático. Por isso, Senhor Presidente, que sempre destacamos o seu discurso proferido algumas semanas atrás. Temos que ser justos e aqui me permito fazer justiça neste instante, à presença do Líder, em que pese as nossas divergências político-partidárias, em que pese que sou Deputado da Oposição e quando não apoio é porque entendo que não estão corretas algumas mensagens do Governo, mas hoje, ele teve um papel muito importante na condução de uma audiência que está sendo marcada junto ao Governo do Estado, hoje à tarde ou amanhã pela manhã.

Deputado Valdir Rossoni, neste ponto quero que se registre aqui a sua interferência, foi conosco à Casa Civil, junto com o Secretário, foi também enfático em dizer que há necessidade de que o Governo do Estado receba a Comissão do Movimento do "Grito da

Terra", e não podemos ser injustos neste momento, porque se não fosse a sua interferência, não tínhamos esperança de que fossem recebidos os companheiros nossos amanhã, pelo Governo do Estado.

Outra ação - porque sou muito justo, minha gente, procuro ser justo sim - proferida pelo Secretário Chefe da Casa Civil, em Guarapuava, onde trabalhadores estão no Banco do Estado do Paraná, dentro do Banco - mais de trezentos - negociando com o Banco e com o Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, por uma ação não sei de quem, um batalhão da Polícia Militar estava prestes a tirá-los de dentro do Banco. Imediatamente o Chefe da Casa Civil falou com o Secretário de Segurança e mandou que imediatamente se retirasse a polícia lá do Banco do Estado em Guarapuava. Quero deixar estes registros, porque quando muitas vezes venho aqui e faço as minhas críticas, entendo eu com razão, mas neste momento tenho que reconhecer que teve uma ação boa por parte do Líder do Governo.

O Sr. Ademar Traiano - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Toti, acompanho o seu pronunciamento, me somo a ele, mas é importante fazermos também aqui algumas colocações com relação àquilo que Vossa Excelência vem colocando, e, principalmente quando nós, no pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni, também ouvíamos com atenção as colocações feitas por ele de agressões ao Governador Jaime Lerner, ao Deputado Valdir Rossoni, já justificado no Plenário pelo Deputado Ângelo Vanhoni. Acompanhei hoje pela manhã, com Vossa Excelência, o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Zuk, em audiência lá na Casa Civil, com o Secretário Chefe da Casa Civil, Doutor Giovani, onde recebeu com muita atenção os líderes deste Movimento do "Grito pela Terra", elogio a sua atitude de reconhecer o trabalho do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni, acredito que o papel do Parlamentar não é apenas atacar, contestar ou criticar, mas sim saber reconhecer quando alguém que comanda abre espaço para que os opositores possam participar do processo.

É importante ressaltarmos que todos nós, Deputados, com certeza vamos participar da votação deste Fundo. É lógico que passará por uma ampla discussão, quem sabe emendas serão apresentadas por outros Parlamentares para o aprimoramento deste projeto, mas vale ressaltar, Deputado Toti Colação, que o "Grito pela Terra" não pode ficar apenas no grito pela terra. O "Grito pela Terra" passa pela locação de recursos - como Vossa Excelência colocou com muita propriedade - e quero aproveitar este momento oportuno, em que os agricultores aqui estão, depois do pronunciamento do Deputado Vanhoni, do seu pronunciamento, do Deputado Péricles, quero aproveitar a oportunidade - e acho que é oportuna - para convidar todos aqueles que hoje aqui estão, neste movimento do "Grito pela Terra", os Deputados - principalmente os Deputados do PT e Vossa Excelência - para que possamos fazer o grito, na verdade, pela terra, lá em Brasília, no gabinete do Senador Requião, para que ele libere os recursos para o Paraná, para que possamos implementar a verdadeira reforma agrária na pequena propriedade, com estes recursos que o Governador Jaime Lerner está garantindo para as pequenas propriedades do interior do Paraná.

É importante, Deputado Toti Colação, é importante que nós, não apenas venhamos aqui para criticar, Deputado Ângelo Vanhoni e Deputado Péricles, o PT, os Deputados do PT, do PMDB, enfim, os paranaenses como um todo - com certeza - estarão ajudando o Paraná a partir do momento em que forcem o Senador Roberto Requião a aprovar este projeto da grandeza, do interesse maior de todos os paranaenses e, principalmente, das pequenas propriedades.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Doutor Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e fico surpreso que o Deputado Traiano peça aparte para Vossa Excelência para atacar a Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao contrário de apresentar uma proposta concreta...

O Sr. Ademar Traiano - Não ataquei, Deputado Doutor Rosinha. Fiz um

alerta, apenas. Não ataquei. Fiz um alerta à Bancada do PT.

O Sr. Doutor Rosinha - O Regimento Interno não permite debates paralelos entre Parlamentares quando faz aparte. O Traiano talvez não saiba disso, é bom explicar.

Então, Deputado Toti Colaço, a Bancada do PT tem defendido os pequenos agricultores, e a Bancada do PT se fez presente em Brasília ainda recentemente, no dia 17 de abril próximo passado, apoiando os sem terras, os agricultores e todos os trabalhadores do Brasil, naquela grande manifestação pública em defesa da reforma agrária, e contra a entrega da Vale do Rio Doce.

Hoje, por iniciativa da Bancada do PT e com o apoio de inúmeros Deputados desta Casa, protocolamos um projeto de lei, que queremos ver Vossa Excelência votar. E gostaria hoje de dizer que esse projeto tinha que ser com votação nominal para saber qual vai ser o comportamento de cada um, para que possamos contar aos pequenos agricultores quem são os aliados deles nesta Casa.

A outra questão: acho muito fácil ficar acusando quem está ausente por responsabilidade dos presentes. Acusar o Senador Roberto Requião, que quando Governador, fui, junto com o Ovidio e o Ernani, a maior oposição nesta Casa, agora é o seguinte: temos que saber quanto que o Governo está entregando para a Renault, Senhor Deputado. Basta ser aprovado o Requerimento, o pedido de informações da Bancada do PT, que teremos acesso à quanto está gastando com a Renault. Comunicamos o Senador Requião e aí ele vai liberar esse dinheiro tão dito, falado e cantado por Vossas Excelências, que seria bem-vindo. Mas, aprovem o pedido de informações, parem de ficar acobertando ilegalidades, imoralidades do Poder que está aqui no Palácio Iguaçu! Aprovem este pedido de informações, deem acesso a todas essas informações e poderá daí liberar o "Paraná Rural".

Por isso é importante que se saiba quem está, de que lado está. A Bancada do Partido dos Trabalhadores defende os trabalhadores, os pequenos agricultores, os pequenos comerciantes, empresários deste País, nunca nos furtamos nessa defesa.

O SR. TOTI COLAÇO - Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Toti, participamos de manhã - falo aqui em nome da Comissão de Agricultura - de uma conversa com as lideranças do movimento "Grito da Terra", que não é o primeiro, já é o quarto. E, independentemente do posicionamento que houve aqui, da discussão que houve aqui, a verdade é que o "Grito da Terra" está colocando as reivindicações que já vêm de longa data.

É importante que tenhamos em mente que a questão do "Grito da Terra" não é no Paraná, é no Brasil, e a cruzada é pela agricultura familiar, que não sobrevive nesse período de globalização, na forma como está sendo conduzida, porque o agricultor não tem condições de determinar o preço do insumo, que é fundamental e o preço do produto também. Quer dizer, há uma dificuldade para que o agricultor continue produzindo.

Acho que todas as formas que se encontrar, para que possamos ajudar o nosso agricultor, não vamos ter a grande necessidade de casa popular, de assistência social e da dependência da mão-de-obra especializada que a cidade não consegue captar do campo, que é com relação aos agricultores. É muito mais profunda a discussão do "Grito da Terra" do que a criação do Fundo. O Fundo é importante e fundamental, Doutor Rosinha, e digo para Vossa Excelência: tem o meu voto de apoio no projeto que está sendo apresentado, com algumas ressalvas que já coloquei na reunião de hoje de manhã.

E, acho que todos os Parlamentares vão nesse caminho, porque há apenas uma parte das reivindicações solicitadas pelos trabalhadores, agora, a grande cruzada que temos neste País, é pela valorização da nossa agricultura, e temos que entender, é a única indústria sem chaminés capaz de manter o homem no campo produzindo, e não deixando a população do meio rural enchendo as cidades e transformando as cidades num bolsão de pobreza com problemas sociais que não têm condições de ser resolvidos.

Obrigado pelo aparte e Vossa Excelência tenha certeza: nós, da Comissão de Agricultura, do Bloco Parlamentar Agropecuário, o Presidente desta

Casa, Deputado Anibal Khury, estão somando conosco, nesta cruzada, como falo, em valorização à nossa agricultura, defendendo o nosso agricultor, que há muito tempo padece por falta de uma política agrícola nacional, e, por isso, há muito tempo vem sendo pisado. Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. TOTI COLAÇO - Para concluir, Senhor Presidente.

Agradeço os apartes, inclusive o de Ademar Traiano. Me parece que o próprio Deputado Florisvaldo Fier já lhe respondeu.

Queria, ao finalizar, apenas para chamar a atenção, que é necessário que os Prefeitos se envolvam neste movimento. Há a necessidade da participação de todos os Prefeitos, principalmente dos pequenos municípios do Estado do Paraná, neste apoio à agricultura familiar, senão iremos ter problemas pela frente, na hora da execução da aprovação deste projeto de lei.

É preciso, mais do que nunca, que também o Sul do Paraná - fique registrado aqui - o movimento que está surgindo lá. Começou segunda-feira no Município de Rio Azul, na próxima semana será no Município de Guamiranga, com os nossos fumicultores, que estão sendo massacrados pelas grandes empresas fumageiras do nosso Estado, do nosso País. Isto é um assunto para as próximas reuniões.

Quero agradecer a oportunidade que me deram, dizer que esse "Grito da Terra", que vem das planícies dos rios, de todos os recantos do nosso Estado, está se fazendo ouvir, está fazendo eco na Capital do Estado do Paraná, e em todo nosso Brasil.

Em nome da Bancada do PMDB, por deferência do Deputado Orlando Pessutti, queremos antecipar o nosso total e irrestrito apoio na defesa do projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento de Apoio à Agricultura Familiar dentro do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Élio Rusch com a palavra.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, senhores trabalhadores rurais do nosso Estado. De uma forma especial cumprimento os dois Vereadores da Cidade de Marechal Cândido Rondon, Valdir Sackser, Ivilson Hachmann e demais pessoas que se fazem presentes nesta sessão.

Dois motivos me fazem ocupar este espaço, Senhor Presidente: o primeiro diz respeito a um assunto já abordado pelo Deputado Caito Quintana, desta tribuna, que é com relação ao movimento registrado e acontecido no dia de ontem na Região Oeste do Estado, e na Região Sudoeste.

Foram duas grandes concentrações, uma na Cidade de Capanema, e outra na Cidade de Serranópolis do Iguaçu, na Região Oeste do Estado, onde diversos Deputados Estaduais e Deputados Federais se fizeram presentes.

Ficamos felizes, como Deputados Estaduais e representantes desta região, quando sentimos aqui, na Assembleia Legislativa, apoio total e unânime de todos os Deputados, independente de Partido, e, principalmente, na pessoa do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, que tem se declarado - não só no dia de hoje, mas já em épocas passadas - pela reabertura da "Estrada do Colono", que é conhecida assim por toda a sociedade brasileira.

Sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, da dificuldade que encontramos. Sabemos que não são só os organismos nacionais, mas também os organismos internacionais que são contra a reabertura desta estrada. Ontem, ficou comprovado e testemunhado, que a sociedade num todo está coesa, está unânime, em favor da reabertura desta estrada, principalmente da região Oeste e da região Sudoeste.

Quando me manifestava ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em Serranópolis do Iguaçu, dizia que estava contente e estava triste. Contente pela mobilização que a IPOPEC conseguiu realizar e conseguiu incutir na sociedade do nosso Estado - e por que não dizer do nosso Brasil - sensi-

utilizando toda sociedade. Milhares de pessoas estiveram presentes, difícil de calcular, mas acredito que mais de vinte mil pessoas estiveram presentes no Oeste, o mesmo número deveria estar presente no Sudoeste, na Cidade de Capanemá.

E triste estava - já dizia ontem e repriso agora aqui, nesta tribuna - porque nesta estrada passaram os pioneiros, os nossos antepassados que muitos não vivem mais no Paraná, porque Deus já os levou. Triste estava e triste estou, porque os filhos destes pioneiros que desbravaram a mata, construíram a riqueza do nosso Estado, lá na região e no Paraná todo, não têm a mesma felicidade de conhecer o Parque Nacional. Dizia ontem e digo hoje aqui, que a educação ambiental, ecologia e meio ambiente, só se aprende conhecendo o meio ambiente e praticando na sua essência.

A "Estrada do Colono" não seria uma estrada só para transportar a economia que é produzida no Oeste, Sudoeste, Sul e Norte do nosso País, mas a estrada que corta o Parque Nacional - seja chamada de "Caminho" ou "Estrada do Colono", tem um significado muito especial, que é o de transmitir o conhecimento, para nossos filhos, para os adolescentes, para os jovens e para a sociedade num todo, aquilo que quer dizer o Parque Nacional.

É com esse objetivo que a região Oeste e Sudoeste estiveram reunidas ontem, e com este objetivo, graças à sensibilidade do Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury, conseguimos o seu apoio hoje, comprovado na sessão de instalação desta Comissão.

Esperamos que as autoridades judiciais e jurídicas do nosso País, a quem cabe em última instância, a decisão da reabertura. Esperamos sim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eles sejam sensíveis da necessidade da reabertura desta estrada. Por isso, o nosso agradecimento a todas as pessoas que estiveram envolvidas: Deputados, Vereadores, lideranças sindicais ou não sindicais, Prefeitos, enfim, toda comunidade.

O segundo assunto que gostaria de tecer comentário aqui na tribuna, é com relação à questão levantada no dia de hoje - e temos aqui a presença de inúmeros pais de família, mães de família, jovens, trabalhadores rurais do

nosso Estado, aqui na Assembleia do Paraná e em outros Estados da nossa Federação e em outras Casas de Leis. Ouvimos atentamente todas as manifestações: Deputado Rosinha, Deputado Péricles, Deputado Vanhoni, outros Deputados que usaram esta tribuna, e eu também gostaria de manifestar-me.

O Paraná tem quase quatrocentas mil pequenas propriedades rurais - o primeiro projeto de lei que apresentei aqui na Assembleia Legislativa, em 1991, autorizava o Governo do Estado do Paraná, através do Banco do Estado do Paraná, fazer o financiamento da equivalência de produtos agrícolas para o pequeno e o mini produtor de nosso Estado. Infelizmente o Governador, na época, vetou este projeto, mas mesmo assim implantou o programa "Panela Cheia". Não era exatamente isso que queríamos, mas atendeu, em parte, alguns agricultores. Outros agricultores, infelizmente, com este programa, estão sofrendo, estão penando até hoje.

Entendo a necessidade do Governador voltar as suas atenções - não só o Governo Estadual, mas o Governo Federal - para a nossa agricultura, para o pequeno e o mini produtor. Sabemos que muito se fala em reforma agrária, somos a favor da reforma agrária, como qualquer Deputado aqui presente. Sempre tenho manifestado-me nesta tribuna e em todos os órgãos da imprensa: não adianta fazer reforma agrária, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se vamos esquecer o pequeno e o médio agricultor do nosso Estado e do nosso Brasil, porque no dia de amanhã, se o Governo não der atenção para eles, eles serão desempregados e estarão inchando os grandes centros do nosso Brasil.

Entendemos também, Senhor Presidente e caros trabalhadores aqui do nosso Estado, que justiça tem que ser feita. E devo reconhecer, na pessoa do Deputado Toti Colaço, que teve a coragem de subir nesta tribuna e reconhecer também o trabalho que o Líder do Governo aqui na Assembleia - Deputado Valdir Rossoni - tem feito hoje de manhã, tem feito hoje à tarde e continuará fazendo no dia de amanhã. Devemos reconhecer sim, Deputado Valdir Rossoni, que o Governo do Estado do Paraná é sensível com os trabalhadores do campo do Estado do Paraná. Seria

injustiça chegarmos aqui e nos calarmos diante das críticas que foram proferidas para o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner.

Sabemos que qualquer Governo - independente de Partido, seja PT, PMDB, PFL, PDT ou PTB, qualquer Partido que existe hoje em nossa Federação - nenhum Governo, entendeu, de sã consciência, queira prejudicar qualquer trabalhador do nosso Brasil, mas seremos injustos sim, com as informações e com os atos que cada um faz. O Governo do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, neste Governo - e aí respondo as críticas dirigidas contra o Governador Jaime Lerner - tem feito um excelente programa para o nosso agricultor: seja a distribuição do calcário, seja a compra de equipamentos para a Associação dos Pequenos Produtores do nosso Estado, através de forrageiras, através de insiladeiras, através de outros equipamentos. E isso tem que ser reconhecido.

Devemos reconhecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o excelente projeto feito pela Secretaria da Agricultura, pelo seu titular Hermas Brandão. E devemos reconhecer os caminhos que o Governo Jaime Lerner abriu nos organismos internacionais, conseguindo um financiamento de cento e setenta milhões de dólares para o nosso Estado. Recursos que são aplicados para você, pequeno agricultor e mini agricultor do Estado do Paraná, através de quê? De investimentos na sua propriedade, na construção da sua casa, na conservação do seu solo. Este é o projeto "Paraná Doze Meses" e que, infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está seguro no Senado Federal, por um Senador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

E gostaria, como foi dito, que se erguesse a nossa voz, o "Grito da Terra", chegasse exatamente no Senado da República, e que esse projeto fosse desengavetado de uma vez por todas e viessem os cento e setenta milhões para o Estado do Paraná, e assim pudessemos aplicar efetivamente esse dinheiro para o nosso agricultor.

É essa manifestação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não poderia deixar de fazer neste momento. Reconheço que cada um, que cada Deputado aqui presente, seja de que Partido for, vocês trabalhadores têm o nos-

so apoio, têm o apoio dos Deputados, mas não podemos admitir que venhamos a jogar só com uma partida e politicamente.

O Sr. Orlando Pessuti - Acredito que todos temos interesse efetivo na liberação do programa "Paraná Doze Meses". Ainda na última quinta-feira, quando estive em Brasília, representando a Assembleia na última Conferência das Assembleias Legislativas, estive pessoalmente com o Senador Roberto Requião, com o Senador Osmar Dias, com o Senador José Eduardo, tratando de assuntos de interesses do Paraná. E, quando Vossa Excelência cobra que todos nos devêssemos conversar com o Senador Requião para que liberasse, é bom que esclareçamos mais uma vez: o assunto hoje não depende só do Senador Requião, porque é igual nesta Assembleia, quando apresentamos um Requerimento, ele é um Requerimento de autoria do Deputado. A partir do momento em que ele for aprovado por esta Casa, ele é um Requerimento de toda a Casa, portanto, o Deputado não tem mais direito exclusivo sobre ele.

O Senador Requião recebeu o projeto dois dias antes da última sessão do ano passado, não tinha conhecimento inteiro das informações, pediu à Comissão que buscasse essas informações, e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado está aguardando desde dezembro que o Governo do Estado preste estas informações. Então, da mesma forma que Vossa Excelência solicita que façamos uma caravana, que façamos a interpelação ao Senador Roberto Requião, peço também a Vossa Excelência, ao Líder Valdir Rossoni e aos demais, que interpelem, que peçam também ao Governador - e é até mais fácil, é só cruzarmos o Centro Cívico - para que ele preste as informações ao Senado, porque tenho certeza que com as informações para lá encaminhadas, a Comissão se reunirá e o "Paraná Doze Meses" estará à disposição do nosso Estado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Deputado Orlando Pessuti, não podemos admitir que o nosso trabalhador rural do Estado do Paraná continue sofrendo!

Acho que aquilo que o Governador Roberto Requião, todos os ex-Governadores têm gastado demais na imprensa. Não sei dos números, porque

não queremos entrar nesse detalhe. Esperamos que os agricultores do Estado do Paraná, principalmente os pequenos, médios e mini agricultores, não continuem sofrendo através de ações políticas que condicionem a liberação de uma informação em relação ao dinheiro que é para ser liberado para a agricultura do nosso Estado.

Vamos liberar em primeiro lugar o dinheiro para o nosso Estado, depois questionamos os outros artifícios que queremos questionar. Ora, o Paraná precisa produzir, precisamos investir no setor produtivo! Senhor Presidente, só existem dois setores: agricultura e indústria.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, quero, neste momento, em respeito aos agricultores que estão aqui, dizer que conseguimos já vinte e uma assinaturas, são vinte e um Deputados que acabam de assinar o projeto que cria o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Neste momento, em respeito ao "Grito da Terra", entrego à Mesa da Casa esse projeto, e acho que, acima das divergências que ficaram claras aqui hoje, se todos temos interesse em apoiar a agricultura familiar, esse projeto será aprovado por unanimidade por esta Casa e sancionado pelo Governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O

projeto tem apoio regimental. Está recebido pela Mesa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Emerson Nerone, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 298/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Enira De Moraes Ribeiro, com sede e foro no Município de Paranavaí. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 101/96, de 01.07.96).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 499/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Antonio Iglésias - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro em Ibiporã. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 169/96, de 13.11.96).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/96, que autoriza a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, instalar

e edificar no Município de Paranavaí, o Centro Regional de Esportes. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03/96, de 26.02.96).

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Juizes de Direito e Promotores da Infância e Juventude do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** Appreciar neste turno **EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.** Emenda: **Aprovada.** Projeto: **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais da Escola Passos Firmes, com sede e foro em Matelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/97, que objetiva acrescentar nova alínea ao Parágrafo Único do Art. 9º, da Lei nº 1.384/53, e autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a participar de empresas a serem constituídas sob a forma de sociedade anônima, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em número de três (03), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 118/97

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01

Artigo Único - Ficam suprimidos os termos "**de telefonia celular**" da alínea "e" do Parágrafo Único do Art. 9º, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Ângelo Vanhoni, Toti Colaço, Irondi Pugliesi, Doutor Rosinha.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 02

Suprima-se ao art. 9º, alínea "e" as expressões: **as outras atividades de interesse para a COPEL e para o Estado do Paraná,** bem como a expressão **minoritariamente,** ficando com a seguinte redação:

"e) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações, controles eletrônicos e telefonia celular, ficando autorizada para este fim e para os previstos nas alíneas 'b' e 'c', a participar, majoritariamente de consórcios ou companhias privadas.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

DOUTOR ROSINHA

ÂNGELO VANHONI

Apoio: Renato Adur e Irineu Colombo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 03

Acrescenta-se ao art. 9º, o Parágrafo Segundo, com a seguinte redação:

"# 2º - A participação da COPEL em consórcios, previstos neste artigo, deverá ser previamente aprovado pela Assembléia Legislativa, caso a caso."

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

DOUTOR ROSINHA

ÂNGELO VANHONI

Apoio: Luiz Claudio Romanelli e Horácio Rodrigues.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/97, que objetiva au-

torizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a adquirir a Companhia Força e Luiz Coronel Vivida - FORCEL, mantendo sua personalidade jurídica como subsidiária integral. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, com apoio dos Senhores Deputados Toti Colaço e Irondi Pugliesi, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 119/97

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01

Adicione-se um artigo ao Projeto nº 119/97, com a seguinte redação:

"Art. - A COPEL enviará à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo máximo de 15 dias, após sancionada esta lei, relatório completo da situação patrimonial da FORCEL, demonstrando qual é o montante de recursos que irá desembolsar na compra, qual a forma de pagamento, bem como o balanço patrimonial com demonstrativos do ativo e passivo da empresa objeto da compra.

Parágrafo Único - A inobservância do previsto neste artigo implicará em nulidade do ato da compra.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE

Apoio: Toti Colaço e Irondi Pugliesi.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera o art. 1º da Lei nº 11.419, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Renascer. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da C.C.J.: Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/97, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de pais e Mestres da Escola Municipal D. Pedro II, com sede e foro no Município de Campo Largo - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, que institui a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Emenda Substitutiva de Plenário, COM PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/95

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,
DE Nº 01

Art. 1º - O art. 30 da Resolução nº 159 de 28 de dezembro de 1990, fica acrescido do seguinte inciso:

XVI - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 2º - O art. 33 da citada Resolução fica acrescido do parágrafo 16 e incisos, abaixo especificados:

16 - À Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania compete:

I - manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha por objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos concernentes à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88, assim como sobre proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos;

II - receber, avaliar, investigar sobre denúncias pertinentes a ameaças ou violações de direitos humanos e cidadania;

III - fiscalizar, determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisi-

lar documentos e informações condizentes à matéria;

IV - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, bem como os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

V - requerer audiência de autoridades, bem como tomar seus depoimentos, requisitar seus serviços, inclusive policiais, acompanhar programas governamentais sobre proteção dos direitos humanos e cidadania;

VI - colaborar com entidades governamentais e não governamentais - ONG's, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos e cidadania;

VII - incumbir aos funcionários requisitados a realização de diligências necessárias aos seus trabalhos;

VIII - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

IX - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

X - se forem diversos os fatos inter-relacionados, objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

XI - pelo caráter desta Comissão, esta poderá valer-se, subsidiariamente, das normas do Código de Processo Penal.

Art. 3º - A existência desta Comissão, expressas no § 16 e incisos do art. 2º, não exclui a possibilidade de formação de CPI's, para tratar de assuntos específicos relativo à defesa dos direitos humanos.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.
JUSTIFICATIVA:

Preconceitos de toda ordem; desaparecidos, crianças e adultos; exploração de mão-de-obra escrava, na cidade e no campo; tortura em delegacias e fora delas; assassinatos em plena luz do dia, atingindo desde bebês até idosos, independente de sexo, cor, idade; são violências já conhecidas e constantemente praticadas contra o ser humano.

Não menos preocupante é a omissão do Estado, que afeta diretamente o cidadão no seu direito básico à saúde, educação, habitação, emprego, transporte e segurança, entre outros. A defesa desses direitos e a punição dos infratores elevam a qualidade e quantidade de vida da população, ao mesmo tempo que melhora a imagem do Paraná. A par dessa expressão, está a função parlamentar e a observância à Lei Maior.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a defesa de direitos humanos e da cidadania plena assume particular importância, face ao inegável destaque que o legislador constituinte deu aos Direitos Humanos. Tais direitos, cujo respeito e defesa constituem a base impostergável de qualquer Estado que se pretenda democrático e de direito, são essenciais no sentido da garantia dos direitos de cidadania.

Em nosso País a prática de desrespeito aos direitos humanos é quase que a regra, se abandonados forem os manuais jurídicos e a prática concreta e cotidiana da vida social for considerada. Tortura em Delegacias de Polícia, grupos de extermínio de menores, exclusão absoluta de seres humanos dos direitos mais básicos da sobrevivência são, no dia-a-dia, a tétrica regra da realidade brasileira. É a responsabilidade mais básica daqueles que tem como tarefa diária a interlocução entre a sociedade civil e o poder político sugerir e implementar estratégias e projetos que busquem não somente um paliativo para o problema em tela, mas que objetivem a absoluta extinção deste inaceitável quadro da realidade brasileira, com a consolidação da cidadania plena.

Desta feita, esta Casa, que nos piores anos da ditadura brasileira fez-se respeitar como espaço democrá-

tico de defesa parlamentar aos cidadãos, não aceitando o mando militar, não pode agora, em plena vigência do Estado de Direito Democrático, alhear-se ante lamentáveis ações de desrespeito aos direitos humanos e da cidadania. Posto que, além da luta pela sobrevivência e concretização dos princípios basilares do respeito a vida e dignidade do ser humano, está a própria honorabilidade deste Parlamento, bem como do Estado. É neste sentido que tal proposição deve ser dimensionada e acolhida.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/95

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, tem por objetivo criar a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

A presente proposição já recebeu parecer favorável desta douta Comissão Executiva quando do primeiro exame da matéria, como dispõe o art. 33, § 1º, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo. Encaminhado ao Plenário o projeto de resolução em tela foi aprovado em primeira discussão no dia 26 de março de 1995. Quando da 2ª Discussão, recebeu Emenda Substitutiva Geral dos autores já nominados e do Deputado Caio Quintana.

Chamada, novamente, a opinar esta Comissão Executiva entende que o Substitutivo apresentado extrapola as competências normais das Comissões Permanentes desta Casa, dando a comissão a ser criada atribuições normalmente atribuídas às Comissões Parlamentares de Inquérito, como valer-se, subsidiariamente, das Normas do Código de Processo Penal; requisitar funcionários de qualquer órgão ou entidade de administração pública, do Poder Judiciário e do Ministério Público; requerer audiências com autoridades, bem como tomar seus depoimentos, requisitar seus serviços, inclusive policiais; estipular prazo para atendimento de qualquer providência ou realização de diligências, sob as penas

da lei; fiscalizar, determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar documentos e informações condizentes a matéria; entre outras atribuições apresentadas no texto da emenda.

Conclusão

Isso posto, esta Comissão Executiva manifesta-se contrariamente ao Substitutivo Geral apresentado e posiciona-se de modo favorável ao projeto original.

Sala das Comissões, em 07.05.97.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com parecer favorável da Comissão Executiva. Emenda Substitutiva de Plenário, com parecer contrário da Comissão Executiva.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto com parecer favorável da Comissão Executiva, conservem-se como estão.

Senhores Deputados que aprovam o parecer contrário da Comissão Executiva ao projeto, conservem-se como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto favorável do PT ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitado o Substitutivo com o voto favorável do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - O PT é favorável ao substitutivo, contrário ao parecer da Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Certo. Foi rejeitado, com voto contrário do PT.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Diamante do Norte - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133/96, de 02.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 410/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE de Diamante do Norte.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria e por estar de acordo com a Lei 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 143/96, de 09.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 440/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro em Almirante Tamandaré.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 185/96, de 27.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 535/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública Estadual a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03/97, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 015/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Erwin Gröeger. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 63/97, de 06.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 193/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti tem por objetivo conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Erwin Gröeger.

A homenagem é justa e merecida, porém o projeto não está em conformidade com as regras de técnica legislativa, por não conter a expressão correta no artigo 2º.

Neste sentido, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 193/97

EMENDA CORRETIVA

A redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 193/97, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, peço a palavra. Só uma informação que eu queria da Mesa.

(Assentimento)

O Projeto de Lei nº 118/97, trata da autorização da Empresa COPEL, foi pensado uma Emenda de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Ele volta a discussão na segunda-feira. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em regime de urgência. O projeto, a Comissão terá 48 horas para dar parecer. Tenho impressão que o projeto deve voltar lá por terça-feira.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Terça-feira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1042, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Emerson Nerone, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de ter conhecimento, aqui tem diversos Requerimentos. De quem é a autoria do Requerimento, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requer envio de expediente ao Secretário da Fazenda e ao Presidente do BANESTADO, quer informações sobre o PRONAF.

O Requerimento e o recebimento foram recebidos e aprovados pela Agência do Banco do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só para encaminhar o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem) - Tínhamos combinado com o Líder do Governo pela aprovação desse Requerimento. Não precisa encaminhar, porque vamos aprovar este Requerimento hoje. É um pedido de informações simples.

O SR. ÂNGELO VANHONI - São recursos, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Por isso, Senhor Presidente, que estava tentando aqui localizar-me no Requerimento, para que pudesse verificar qual era o Requerimento que estávamos votando.

Votamos favorável, naturalmente se Vossa Excelência concordar em votar hoje o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está discutindo o Requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Requerimento.

Requerimento nº 1040, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, para encaminhar e discutir.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, o ilustre Parlamentar, Deputado Ângelo Vanhoni - acredito que não se faz necessário aprovarmos o Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, porque faz parte da Lei da Aprovação da Venda das Ações da COPEL, no # 5º, da Lei 11.428, de 14.06.96, onde diz que o Governo do Estado fará um relatório semestralmente a esta Casa.

Então, não vemos necessidade de aprovarmos o Requerimento, porque já está na lei e o Governo do Estado tem por costume cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhamento de votação, Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para encaminhar a votação.

Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência tem razão no que diz respeito a esta exigência aqui, que se aprovarmos esta lei, colocamos em relação ao recurso oriundo da venda de bens e patrimônio em função do controle acionário da COPEL. Mas não temos o balanço até agora, da onde foram investidos os dinheiros provenientes da alienação do controle acionário, de parte dele junto ao BNDES; nem dos 100 bilhões, que foram agora das ações preferenciais, no final do ano, foram vendidos pela Corretora do Banco do Estado, através de leilão e agora em janeiro a COPEL lançou mais 150 milhões de debêntures e mais 6% e gostaríamos de saber onde estão sendo aplicados estes recursos.

Como tem o prazo de 6 meses para ser repassada esta informação, nada obsta - desde que o Governo já tenha estas informações - de repassar isso para a Assembleia Legislativa. Não há problema, haja vista que as informações são previstas até no corpo da lei.

Pediria que Vossa Excelência tivesse este entendimento. Se o Governo não tem essas informações agora, acho que poderíamos esperar um pouco, mas se o Governo tem, nesse sentido, trazer estas informações para a Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Oito (08) aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) rejeitam.

Rejeitado o Requerimento.

Requerimento nº 1041, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para a sessão de amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para encaminhar, Senhor Presidente.

O Deputado Rossoni tem interesse em discutir esta matéria, porque acho que é algo que já tínhamos comentado para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Discutir é amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não, não. Encaminhar a votação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É a mesma coisa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Queria registrar a presença, neste Plenário, do Presidente da Câmara Municipal de Santa Tereza do Oeste, Vereador Adelson Marcelick; do

Primeiro Secretário, Rosemar Lopes; dos Vereadores Luiz Roque Pereira, Alberi da Silveira, Vilmar Antonio Redil.

Faço questão de registrar a presença destes Vereadores, que é inédito. Esses Vereadores estão no meu gabinete, elaborando, com a minha assessoria, uma série de projetos para encaminhar ao Governo do Estado do Paraná. Isso, para mim e para esta Casa, é uma satisfação, ver que este Parlamento é de fundamental importância. Aprendemos muito com os Vereadores e os Vereadores aprendem muito com os Deputados deste Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devo informar ao Deputado Ângelo Vanhoni que, segundo informações da Liderança do Governo, Deputado Rossoni, esse Requerimento de Vossa Excelência diz respeito ao pagamento do ISS.

O Governo informa que pagou na segunda-feira, 1 milhão, 209 mil do ISS devido ao Porto de Paranaguá.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Deputado Rossoni tinha me adiantado algo a respeito, que esta discussão estava evoluindo num bom curso junto ao Governo do Estado do Paraná.

Então, foi por isso que apensei este Requerimento, para saber de fato, como estavam as negociações entre o Porto de Paranaguá, o Poder Executivo e a Prefeitura.

Pela informação que Vossa Excelência está trazendo, acho que é uma informação oficial, Deputado Valdir Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vejo inconveniente nenhum em aprovar o Requerimento.

Aprovado o Requerimento.

Requerimento nº 1039, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas por uma questão de ordem, gostaria que o Deputado Ângelo Vanhoni... O encaminhamento deste Requerimento está formulado errado: ele tem que fazer o pedido ao Secretário da Fazenda, não ao Secretário Chefe da Casa Civil.

Assim mesmo, peço para discutir.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Será reformulado, então.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Vanhoni não se opõe que seja para a Fazenda, o Requerimento?

O SR. ÂNGELO VANHONI - O entendimento, Senhor Presidente, é de que o próprio Governador - e o Deputado Rossoni sabe disso - tinha determinado algumas providências - não necessariamente auditorias - em relação aos problemas do BANESTADO e outras empresas do Banco do Estado. Por isso, pensamos em fazer ao Chefe da Casa Civil, porque tinha sido uma determinação do Governador. Nesse sentido, ficou colocado Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Recebo o Requerimento endereçado ao Secretário da Fazenda.

Requerimento nº 960, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 973 a 981, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 984, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, este Requerimento também não se faz necessário, porque já foi feito pelo Deputado Caíto Quintana e todas as informações que são requisitadas aí, foram dadas ao Deputado Caíto Quintana.

Por isso, não vejo motivo de aprovarmos esse Requerimento, ou deixarmos de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1028, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1032 e 1033, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rossinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1034, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1035 a 1037, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1038, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1044 a 1056, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1057, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 968, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone,

constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1017, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 468/96, 034, 053, 113 e 162/97.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 478, 528 e 551/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 410, 440 e 535/96; e 015 e 193/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 093, 178 e 180/97.

Levanta-se a sessão.